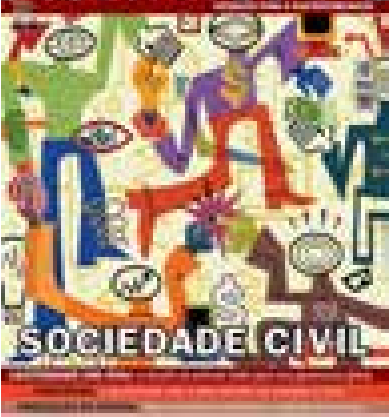
adiante



editorial

Mudar para **mudar**

No início de julho, ativistas liderados pelas organizações não governamentais Earth First! e Reclaim the Commons, entre outras, buscavam mobilizar a sociedade para protestar contra a reunião do G8, o grupo das oito nações mais ricas do planeta. Na pauta do encontro, marcado para este mês na Rússia, estão os investimentos em fontes de energia fósseis e nuclear. Segundo as organizações, o G8 visa a chamada segurança energética, sem mostrar preocupação com o impacto ambiental.

As ONGs elegeram 15 de julho como o Dia Internacional de Ação por Justiça Climática e conclamam pela internet: "Use este dia para apoiar lutas contra refinarias de petróleo, minas de carvão e termoelétricas. Difunda alternativas sustentáveis da era pós-petróleo. Visite seus poluidores locais e arme o inferno!".

O episódio ilustra como é possível disseminar rapidamente informações que aglutinem os cidadãos em torno de causas que exijam mudanças nas políticas públicas e na atuação das empresas.

A influência das ONGs e dos movimentos sociais ganha espaço diante de um Estado e de um mercado incapazes de sanar graves questões sociais e ambientais. De estrutura flexível e ágil, que suplanta as fronteiras nacionais e permite agir de forma descentralizada e articulada em rede – como o sistema vivo descrito pelo ex-presidente da Promon Carlos Siffert na entrevista desta edição –, as ONGs são capazes de cumprir o papel de agentes em uma governança global.

Para isso, precisam prestar contas do que fazem, de como se financiam e tomam decisões. Cabe a elas democratizar suas estruturas de poder e se abrir à participação pública. Só assim vão garantir a legitimidade necessária para agregar filiados, obter recursos e aumentar a influência sobre as decisões políticas e econômicas.

Boa leitura

ISSN: 1809-3639

adiante
INOVAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE

Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas

DIRETOR: Fernando de Souza Meirelles

FGV GVces Centro de Estudos em Sustentabilidade da EAESP

Centro de Estudos em Sustentabilidade (GVces)
Coordenador: Mario Monzoni

PUBLISHER E JORNALISTA RESPONSÁVEL
Luciano Martins Costa (Mtb 10.846)
EDITORAS
Amália Safatle e Flavia Pardini
PROJETO GRÁFICO E DIREÇÃO DE ARTE
Marco Cançado
SECRETÁRIA EDITORIAL
Bel Brunharo
REVISÃO
J.G. Moura Ribeiro
COLABORARAM NESTA EDIÇÃO
Denise Galvani, Denise Juliani, Geandré, José Alberto Gonçalves, José Inácio da Silva, Levi Ciobotariu, Marcio Santilli, Maura Campanili, Paulo Moutinho, Pedro Bicudo, Rachel Biderman, Regina Scharf, Samuel Casal, Silvana Assumpção
ENSAIO FOTOGRÁFICO: Marcos Amend

PUBLICIDADE
Contato: comercial@revistaadiante.com.br
REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
Alameda Itu, 513
01421-000 São Paulo
Telefone (55-11) 3284-0754
IMPRESSÃO
Vox Gráfica e Editora
DISTRIBUIÇÃO
Distribuidora Grupo Estado e Logistech Distribuidora

Números avulsos, edições anteriores e repartes corporativos: (11) 3281-7875 e 3281-7790 ou livrariagv@fgvsp.br

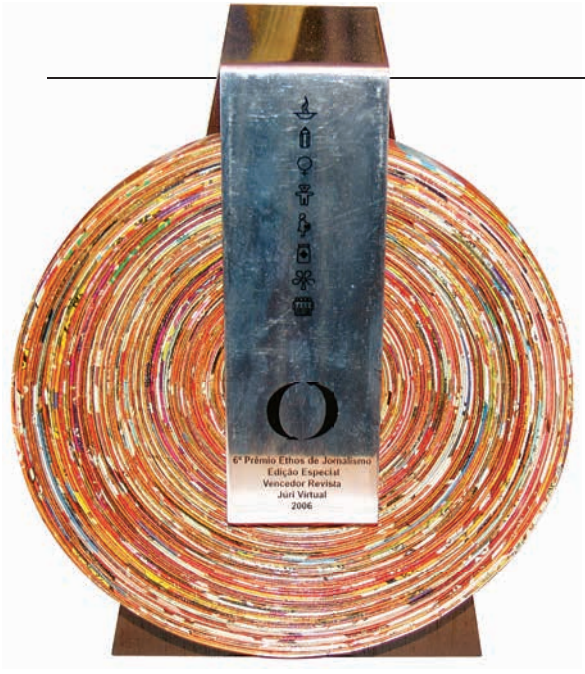
CONSELHO EDITORIAL
Amália Safatle, Aron Belinky, Flavia Pardini, Gladis Ribeiro, José Eli da Veiga, Luciano Martins Costa, Mario Monzoni, Moysés Simantob, Rachel Biderman, Tarcila Reis Ursini
CONSELHO CONSULTIVO GVCES
Fabio Feldmann, Heloisa Bedicks, Luiz Maia, Luiz Ribeiro, Nelmara Arbex, Paulo Vanca, Ricardo Young, Sergio Esteves, Tamas Mackray
PARCEIROS FUNDADORES
Fazendo mais que o possível BANCO REAL ABN AMRO
ODEBRECHT

Os artigos, ensaios, análises e reportagens assinadas expressam a opinião de seus autores, não representando, necessariamente, o ponto de vista das organizações parceiras e do GVces.
É necessária a autorização dos editores, por escrito, para reprodução do todo ou parte do conteúdo desta publicação.

TIRAGEM DESTA EDIÇÃO: 15.000 exemplares

CAPA: IMAGES.COM/CORBIS/LATINSTOCK

notas



MÍDIA

ADIANTE PREMIADA

A revista Adiante foi escolhida pelo júri virtual do VI Prêmio Ethos de Jornalismo como uma das melhores iniciativas editoriais brasileiras para promoção da responsabilidade social empresarial. O prêmio foi entregue em 21 de junho durante a Conferência Internacional do Instituto Ethos, em São Paulo.

Adiante, com apenas sete meses de vida, dividiu o prêmio da categoria "mídia impressa – revista" com o *Guia da Boa Cidadania* da revista *Exame*, tradicional publicação voltada à responsabilidade social empresarial.

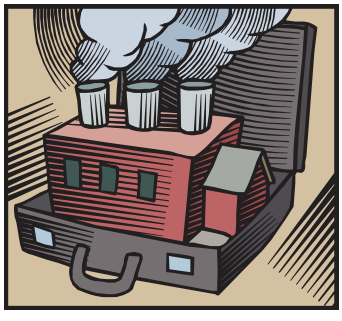
Em sua sexta edição, o Prêmio Ethos de Jornalismo recebeu 103 inscrições e selecionou 16 iniciativas editorais como finalistas. O júri virtual foi composto de associados do Ethos, que puderam votar on-line.

As equipes de Adiante e do GVces, honradas com o reconhecimento do público, agradecem aos patrocinadores fundadores – banco Real ABN Amro e a Fundação Odebrecht – e a todos os colaboradores que enriquecem a revista.

NEGÓCIOS

Quando global e local se unem

Para as multinacionais, criar vínculos com fornecedores locais e a partir deles contribuir para negócios sustentáveis é desejável, mas não prioritário. "A prioridade é ter preço baixo e qualidade para enfrentar a concorrência", diz Arnaldo Flaks, diretor do Projeto Vínculos. Desenvolvido pela Agência de Cooperação Técnica Alemã, Fundação Dom Cabral, Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento e Instituto Ethos, o projeto visa incentivar os vínculos entre pequenas empresas locais e filiais de multinacionais no Brasil.



A partir de julho, Flaks inicia reuniões com empresas instaladas nas regiões Norte e Nordeste – eleitas o foco do programa – para angariar parceiros. "O envolvimento das multinacionais é fundamental", afirma.

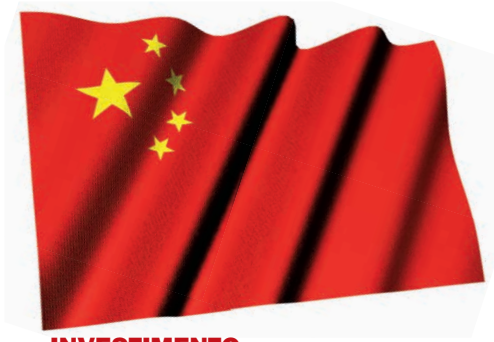
Segundo ele, além da prioridade dada à competição, ainda há desconhecimento e desconfiança em relação ao assunto. Mas, quando as empresas estrangeiras se envolvem com fornecedores locais, acabam ganhando, lá na frente, com a diminuição de custos e menor necessidade de estoque, garante Flaks. Hoje, o projeto conta com três parceiros: Basf, Philips da Amazônia e Federação das Indústrias do Estado da Bahia.

Do outro lado, conta Flaks, há pouca resistência inicial das pequenas e médias empresas, que vêem oportunidades em fornecer para grandes companhias. Mas, a médio prazo, é preciso esforço e dedicação. "O vínculo sustentável é definido quando a empresa pequena ganha um pedido pela porta do departamento de compras de uma multinacional, competindo com fornecedores do mundo todo, sem nenhum empurrãozinho", diz.

E, se tudo der certo, há ganhos que extrapolam a relação comprador-fornecedor. As pequenas empresas adotam critérios mais éticos, como contratação e concessão de benefícios a funcionários, e podem até elevar os salários. Ganha, portanto, toda a sociedade.

O Projeto Vínculos dispõe de R$ 4,4 milhões – em recursos do governo alemão – para participar do desenvolvimento de negócios sustentáveis até 2007. Em geral, os programas contam também com recursos das multinacionais e das pequenas e médias empresas. – *por Flavia Pardini*

notas



INVESTIMENTO

SRI CHINÊS

O Banco da China anunciou em junho o lançamento do primeiro fundo de investimento socialmente responsável (SRI) do país. O fundo vai enfatizar não somente a performance financeira das companhias, mas também a sustentabilidade dos modelos de negócio, assim como a estratégia e a governança corporativas.

Com 1,3 bilhão de habitantes e a economia em crescimento acelerado, estima-se que a China atingirá o padrão de consumo dos Estados Unidos até 2031. A incorporação da sustentabilidade aos investimentos pode ajudar a amenizar os impactos ambientais e sociais do crescimento.

No tradicional estilo chinês, entretanto, o Banco da China não divulgou os critérios a serem adotados pelo novo fundo. Ficam no ar, principalmente, perguntas sobre como serão tratadas as questões de direitos humanos.

Nos EUA, os fundos SRI administram quase US$ 3 trilhões. No Brasil, o mercado ainda é nascente.*(FP)*





CRÉDITOS DE CARBONO

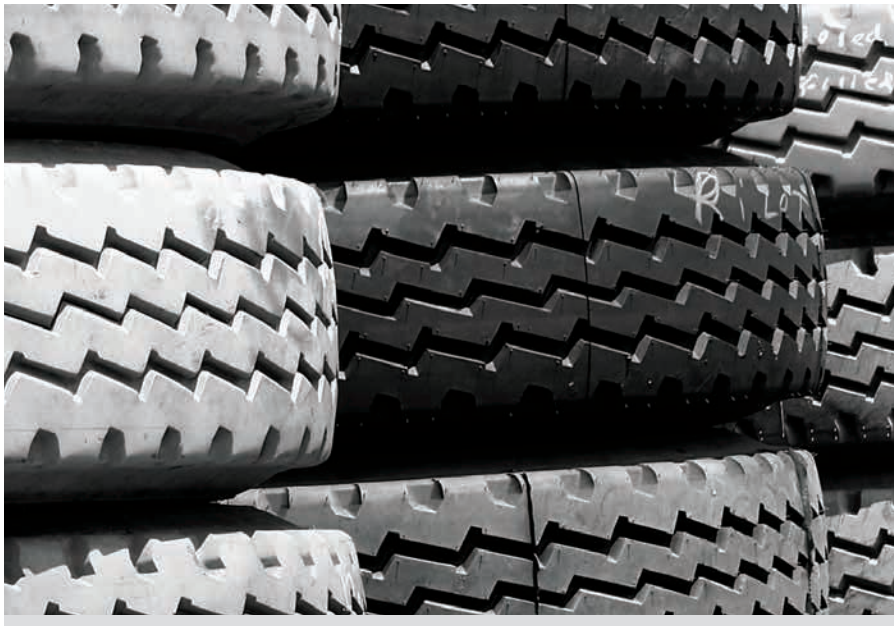
Do balcão para o leilão

Até o fim do ano, a Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F) deve começar a promover leilões de compra e venda de créditos de carbono gerados a partir de projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL). Seria o primeiro passo para criar um mercado secundário mais líquido e transparente no Brasil.

Por enquanto, a negociação desses papéis é feita no chamado mercado de balcão, em que o preço é tratado diretamente entre vendedor e comprador, e movimentou cerca de US$ 2 bilhões em 2005 no mundo, conta Guilherme Fagundes, chefe do departamento de projetos especiais da BM&F. Ele estima que o Brasil responda por algo em torno de 10% a 20% desse volume, o que hoje representaria entre US$ 200 milhões e US$ 400 milhões, a maior parte para entrega futura.

A idéia é concentrar os leilões, que serão eletrônicos, em dias específicos e, à medida que a demanda aumentar, chegar à negociação diária. "O mercado ambiental é o próximo a ser desenvolvido pela bolsa, mas sua consolidação deve levar alguns anos", diz Fagundes.

No mundo todo são ainda poucas as bolsas dedicadas à negociação de créditos de carbono oriundos de MDL. Em 2005, por exemplo, entrou em operação a Asian Carbon Exchange (ACX-Change), que realiza leilões de compra e venda para o mercado asiático. – *por Denise Juliani*



PNEUS descartados podem virar suporte para cercas em propriedades rurais

POLÍTICA

O AMBIENTE EM BRASÍLIA

Uma proposta de agenda nacional para o meio ambiente deverá ser consolidada neste mês de julho e levada ao debate com os candidatos à Presidência da República entre agosto e setembro. O primeiro encontro – que deu início à construção da chamada "plataforma ambiental mínima" – reuniu cerca de 40 participantes na última semana de junho, entre integrantes de organizações não governamentais, governo, meio acadêmico e setor privado.

"Com a proximidade das eleições, tomamos a iniciativa de discutir questões importantes sobre meio ambiente e sustentabilidade, para que possamos sugerir uma plataforma política para o próximo governo", diz Fabio Feldmann, secretário-executivo do Fórum Paulista de Mudanças Climáticas Globais.



Alguns participantes alertam, entretanto, para o risco de a agenda acabar esquecida na gaveta do futuro presidente, caso não se organize uma bancada ambientalista no Congresso Nacional capaz de pressionar a execução das políticas. – *por Amália Safatle*

AGRICULTURA FAMILIAR

DE MOURÕES A USINAS

Enquanto a União Européia apela à Organização Mundial do Comércio para exportar pneus usados para países em desenvolvimento, o Brasil busca soluções inteligentes para o descarte desses produtos. Uma delas é o uso de pneus que não servem para uso em automóveis na fabricação de mourões para cercas de propriedades rurais, substituindo a madeira.

O produto, criado e patenteado por Reynaldo Teixeira do Amaral Junior, fazendeiro paulista, está em desenvolvimento na Unicamp e será apresentado na quarta Feira da Agricultura Familiar e do Trabalho Rural (Agrifam). Promovida pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo, a Agrifam acontece de 4 a 6 de agosto, em Agudos (SP).

Além dos "mourões ecológicos" e outras atrações, a Agrifam vai colocar em funcionamento duas miniusinas de álcool, com capacidade de até 50 mil litros por dia. A idéia é demonstrar que estão disponíveis no mercado brasileiro tecnologia e equipamentos para produção de álcool e biocombustíveis em escala familiar. *(FP)*

CERTIFICAÇÃO

Kayapó legal

As Terras Indígenas do Baú, com 1,5 milhão de hectares no sul do Pará, estão prestes a se tornar o único território indígena certificado para produtos não madeireiros no Brasil. O manejo de castanha-do-pará, feito pelas comunidades Kayapó que habitam a Aldeia do Baú, está em processo de certificação pelo Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora) de acordo com os padrões do Forest Stewardship Council (FSC).

A certificação ainda depende de que os índios cumpram "o dever de casa", ou seja, adaptem alguns elementos do processo para adequar-se aos padrões, diz Patrícia Cota Gomes, responsável pela certificação de comunidades e produtos não madeireiros do Imaflora. Quando isso acontecer, a certificação será extendida também ao óleo de castanha beneficiado dentro da reserva e vendido para a indústria de cosméticos, uma vez que o Imaflora também verificou o controle dessa cadeia pelos produtores.

A Aldeia do Baú comercializou 6 toneladas de óleo de castanha em 2005, com faturamento de cerca de R$ 150 mil, diz Luis Carlos Sampaio, do Instituto Raoni, uma ONG que apóia as comunidades Kayapó. "O mercado exigiu a certificação", conta Sampaio. Segundo ele, a partir do ano que vem as comunidades das aldeias Mekranotire e Pukanu, ambas Kayapó, também buscarão a certificação.

Quando sair a certificação das Terras do Baú, a área de floresta natural certificada de acordo com o FSC no Brasil vai quase dobrar. Atualmente, 1,2 milhão de hectares são certificados. No total, a certificação FSC no Brasil engloba 3,5 milhões de hectares, incluindo 2,3 milhões de florestas plantadas. *(FP)*

A hora e a vez dos sistemas vivos

Tirar lições dos cupins, da Al-Qaeda e até do PCC. O meio empresarial pode não gostar muito dos exemplos do ex-presidente e atual conselheiro da Promon, Carlos Siffert, mas o fato é que servem para mostrar a necessidade de se quebrarem velhos paradigmas de gestão e rever visões de liderança. Para Siffert, empresas sustentáveis saberão substituir o modelo da pirâmide por um modelo de rede, composto de vários núcleos de liderança, interconectados e interdependentes — tal como os seres vivos em um ecossistema. Sustentáveis são também as empresas que vêem a sociedade e o ambiente como estruturas de que fazem parte, e não como simples *stakeholders* aos quais devem satisfazer.

POR **AMÁLIA SAFATLE**

ADIANTE: O que é a "organização-máquina" e como surgiu o conceito da empresa como um sistema vivo?
CARLOS SIFFERT: Historicamente as organizações são tratadas como máquinas. Desde a Revolução Industrial e, depois, com os primeiros teóricos, como *(Frederick)* Taylor e *(Henri)* Fayol, até a linha de produção que Ford montou, o homem era um complemento, um adjunto da máquina. Tudo era feito como se a organização fosse uma máquina cheia de engrenagens. Mas esse conceito da organização como máquina reduz a pessoa. Quanto mais tecnologia, quanto mais os processos são automatizados, de menos gente você precisa. E, quanto mais sofisticados forem os processos automatizados, menos inteligentes precisam ser as pessoas para operá-los. É uma coisa degradante. A pessoa deixa o cérebro na entrada da empresa porque só vai usar as mãos e as pernas. Esse paradigma tem sido substituído, gradativamente, pela constatação de que a organização não é uma máquina, e sim um sistema vivo, composto de seres vivos que interagem entre si, são interdependentes.

A: Como em um ecossistema?
CS: É um sistema vivo que se liga a outros sistemas vivos — que são as organizações —, que por sua vez fazem parte de um grande ecossistema. É uma grande rede. Em vez de uma pirâmide, que é a organização-máquina, você tem o paradigma de rede, é uma coisa plana, complexa, entrelaçada. Na pirâmide procurava-se a independência: "Aqui quem manda sou eu, ninguém entra no meu território". No sistema plano, não, todo mundo sabe que um depende do outro, tem de se ligar ao outro para conseguir alguma coisa.

A: Essa tendência as empresas já estão abraçando?
CS: Em geral, quando você descobre algo, o efeito pleno só se faz sentir 30, 40 anos depois. O Peter Drucker dizia isso e acho que tinha razão. O conceito de organizações como sistemas vivos você já encontra na década de 70.

A: E a aplicação do conceito?
CS: A aplicação existe em algumas organizações há bastante tempo, mas são organizações de exceção, pioneiras. Há 30 anos, havia a automação dos processos, mas, com a informatização, em vez de ter um trabalho mais limitado, burro, você passou a ter um novo desafio. Alguém estava me dizendo que um operador de guindaste da Companhia Vale do Rio Doce, daqueles guindastes enormes que movem pilhas de minério, precisava fazer um curso para operar aquilo. Aquela máquina é um software puro. Em vez de ficar mais burro, o trabalho ficou mais desafiante, inteligente, rico. Com isso

FOTOS: PEDRO BICUDO



> O paradigma da organização como máquina tem sido substituído pelo sistema de rede, no qual a empresa é composta de seres vivos que são interdependentes



você está falando realmente de seres vivos, e não de peças de uma engrenagem.

A: O conceito de empresa como ser vivo nasceu então dessa necessidade?
CS: Ele veio com a revolução da tecnologia da informação.

A: E como a aplicação desse conceito revoluciona a gestão das empresas, em termos de liderança?
CS: No esquema da pirâmide, a autoridade, a inteligência e a estratégia estão no topo, enquanto o restante cumpre ordens. Mas, hoje em dia, o que a gente vê é que a inteligência na verdade está distribuída por toda a organização. Parece muito lógico, mas demorou um pouco para se tornar realidade. Se a inteligência está distribuída, a liderança também deve estar distribuída, e assim a inovação pode surgir de qualquer ponto. O modelo de pirâmide é, então, transformado em modelo de rede, em que uma série de nós se interligam dentro de uma organização horizontal. A conectividade passa a ser essencial, de todos com todos. Inovação não é uma coisa que uma pessoa bola, geralmente é resultado de um grupo e, para que isso aconteça, é preciso haver uma comunicação muito intensa. São organizações mais humanas, onde o trabalho deixa de ser um castigo, o trabalho é parte da vida, e não um preço a se pagar para viver lá fora. Você usa a sua cabeça, a sua imaginação, você *vive* no trabalho.

> Se a inteligência está distribuída por toda a organização, a liderança também deve estar distribuída, e assim a inovação pode surgir de qualquer ponto

A: Isso está acontecendo nas empresas brasileiras?
CS: Cada vez mais. E as que não sacarem essa mudança vão ficar para trás. Vão perder a competitividade. Hoje, mais e mais a economia gira em torno de serviços. Em uma economia de serviços, você tem como ativo principal das empresas o conhecimento, em vez de máquinas, minas, ou ativos fixos. O ativo deixou de ser tangível, para tornar-se intangível e eminentemente dependente das pessoas. O conhecimento cresceu explosivamente, mas está cada vez mais especializado. Então, hoje em dia, um especialista dentro de uma organização é uma pessoa que pode ser mais importante que um diretor, pois detém um conhecimento que é essencial para a empresa.

A: Tem algum caso de empresa que fracassou porque não percebeu essa mudança?
CS: Da lista Fortune 500 de 50 anos atrás, devem ter sobrado 100. As outras 400 não souberam se adaptar. Estamos, então, falando de evolução, de Darwin. Organismos que não se adaptaram a um novo ambiente foram extintos. Modelos de organização que não corresponderam às condições do ambiente também desapareceram, em uma velocidade ainda maior que a dos bichos... No Brasil, muitos conglomerados industriais do início do século XX simplesmente acabaram.

A: Sistemas vivos e os chamados sistemas complexos adaptativos são a mesma coisa?
CS: Um cidadão chamado Prigogine, que ganhou o Prêmio Nobel em 1977, descobriu uma coisa fascinante. Ele se perguntou: como é que daquela sopa inicial de metano, água e não-sei-o-quê foram surgindo estruturas mais complexas, animais cada vez mais complexos, o homem, as sociedades mais organizadas? Ele constatou que, algumas vezes, determinados sistemas, se levados a condições muito distantes do equilíbrio,



OS INSETOS SOCIAIS dão o exemplo: sem hierarquia e com regras muito simples, são capazes de resolver problemas complexos

do conforto — é o que chamamos de fronteira do caos, ou o limite do que se pode agüentar —, sofrem uma transformação e adquirem um nível de complexidade maior. Eles se tornam mais perfeitos, evoluem. Isso é Darwin. Prigogine explicou como isso pode acontecer. Esses são os sistemas complexos adaptativos. Muitos não se adaptam ao novo ambiente, e morrem, e outros se adaptam dando um pulo, um salto na escala evolutiva. A Floresta Amazônica é um sistema desses. Os insetos sociais também, como formigas, cupins.

O cupinzeiro é uma coisa incrível. Existem aposentos diferentes de acordo com a senioridade, aposentos mais chiques, com banheiro privativo *(risos)*. Tem até "ar condicionado". No Deserto do Saara, a temperatura chega a 50 graus e à noite cai abaixo de zero, mas o cupinzeiro mantém a temperatura em torno de 35 graus, e a umidade oscila só meio grau. Também tem túneis que irradiam 50 metros em todas as direções, então os cupins têm acesso a madeira, a água...

A: Sem precisar se expor aos predadores.
CS: Exatamente. É uma maravilha arquitetônica e militar.

A: É a Al-Qaeda dos insetos.
CS: É isso mesmo. Veja quantos graus de evolução e de adaptação isso significa.

A: Que lição os cupins trazem para o mundo empresarial?
CS: Os estudiosos estão descobrindo que os princípios desse sistema que chamavam de arquitetura da complexidade são comuns a nós. A gente acha que não é muito bonito ser parecido com cupins, mas essa arquitetura é comum a todos os sistemas. Por exemplo: os insetos sociais funcionam sem comando, sem hierarquia e com regras muito simples. As rainhas servem apenas à procriação. As formigas têm sinais de comunicação simples, mas que resolvem problemas complexos, como encontrar em um terreno acidentado o caminho mais curto entre dois pontos, ou que envolva menos esforço. Tudo isso se aplica às organizações, e primeiro ao mito de que precisa haver um comando único. A Al-Qaeda não tem um comando único. O Osama bin Laden não fica lá dando ordens para os integrantes da rede. Um sistema vivo é capaz de encontrar soluções e inovações que emergem do sistema. Numa organização, se você criar soluções corretas, as inovações, as idéias e as iniciativas surgem do próprio grupo. Aí o grupo, como um ente, age sem a necessidade de alguém ficar mandando.

A: Como isso se aplica nas empresas brasileiras, com tradição paternalista, familiar?
CS: É mais difícil a aplicação em empresas familiares. Em um ambiente como o da burocracia pública brasileira, nem se fala, onde há um empilhamento de níveis hierárquicos.

A: Continuando o paralelo com o mundo animal, as rainhas dos insetos sociais não mandam, mas a gente vê, entre os mamíferos, por exemplo, líderes que mandam no grupo, e é preciso que haja um líder...
CS: O líder existe, tem de existir. Há uma organização americana muito interessante, que fabrica um tecido esportivo que permite a respiração da pele. Essa organização não tem organograma nem estrutura formal definida, as pessoas não têm cargos e a empresa funciona muito bem. Ela tem um dono, mas não chefes. Geralmente os jornalistas chegam lá e perguntam como é que isso funciona. Eles explicam que não há chefes, mas sim líderes. O que é um líder? O líder é aquele que tem seguidores.

A: A liderança é natural?
CS: Sim. As pessoas descobrem que o Zezinho entende muito de mecânica. Então, quando quebra uma máquina, sabem que têm de recorrer ao Zezinho. Para aquele tipo de problema, ele é o chefe, sempre é consultado. Já o colega do Zezinho tem habilidade de se relacionar com as pessoas, de resolver conflitos. Cada um tem sua



PELA MOBILIZAÇÃO informal, via ONGs e internet, é possível obter avanços incríveis nos planos ambiental, social e político

habilidade, e em torno dela se desenvolve um conjunto de seguidores. São líderes situacionais. Para aquele problema, aquele é "o cara".

A: Então, trata-se de uma multiliderança?
CS: Exatamente. Essa organização que citei como exemplo é de uma complexidade muito grande, mas todo mundo sabe como funciona.

A: No Brasil, a gente tem alguma empresa com estrutura similar?
CS: Exatamente assim, acho que não. Sou suspeito para falar, mas pelo menos conceitualmente a Promon é uma organização bem próxima disso. O capital da empresa é 100% detido pelos funcionários. A gente acha que está um pouco superado esse antagonismo entre capital e trabalho.

> A Al-Qaeda poderia dar muitas lições ao mundo empresarial. Por mais poderoso que seja, o americano não consegue enfrentar uma estrutura em rede, que funciona como um sistema vivo

A: Os funcionários têm partes iguais?
CS: Quem entra pode comprar ações, quanto quiser, ou conseguir. E quem sai tem de vender. O capital é de fato pulverizado, e há um limite máximo de participação, de 5%. Quem elege a diretoria são os funcionários. Tem eleição direta, com voto secreto, conduzida por auditores externos. A gente trabalha com projetos que são organizados em times. Cada projeto é transitório, com começo meio e fim. Cada time tem sua responsabilidade e uma autonomia muito grande. Terminado o projeto, o time se desfaz, e formam-se outros, como num caleidoscópio em que há sempre os mesmos elementos, mas eles se recombinam em outras figuras.

A: Como funcionam as lideranças da empresa?
CS: São lideranças muito claras e fortes, porque emergiram. A Promon teve três presidentes em sua história de 46 anos, e todos os três foram surgindo e sendo aceitos, não foram impostos.

A: Quais foram, além do senhor?
CS: O primeiro foi o Tamas Makray. O segundo fui eu e o terceiro é o atual, Luiz Ernesto Gemignani. A Promon foi fundada a partir de uma *joint venture* entre uma empresa americana e uma brasileira. Depois, veio uma grande crise no Brasil. No governo João Goulart, os americanos temiam que o Brasil virasse uma grande Cuba, e foram embora, abandonaram a empresa. A Promon estava praticamente quebrada, quando um grupo de funcionários que gostava de trabalhar e queria continuar junto conseguiu comprar metade do capital que era dos americanos. Aí ficou a empresa brasileira com 50% e esse grupo com os outros 50%. Isso é uma receita de briga, né? Então, depois de algum tempo o grupo, formado por 11 pessoas, comprou a outra metade, e ficou com 100%. A partir daí, abriu internamente o capital para todos os funcionários, há 36 anos.

A: O senhor disse que a Al-Qaeda é um bom exemplo de sistema vivo. O PCC (*Primeiro Comando da Capital*) é um tipo de Al-Qaeda?
CS: É, o PCC é uma Al-Qaedazinha.

A: Como o mundo corporativo recebe a comparação entre Al-Qaeda, PCC e empresas?
CS: O PCC não usei ainda, mas tenho falado bastante em palestras da Al-Qaeda, e as pessoas ficam meio assim... Na verdade elas não gostam da comparação... Só que a Al-Qaeda poderia dar muitas lições ao mundo empresarial, porque é uma organização com um sucesso fantástico. Conseguir o que ela consegue, com recursos tão exíguos, é incrível. Os americanos querem lutar contra o que chamam de terrorismo usando uma estrutura piramidal para derrotar uma estrutura horizontalizada. E estão perdendo de mil a zero! Vão com generais, porta-aviões, mísseis, helicópteros, o diabo a quatro. Mas, para começar, o pessoal da Al-Qaeda não está no Iraque, não está no Afeganistão, não está em nenhum lugar. Não é uma organização nacional, está espalhada pelo mundo inteiro. Não adianta capturar o Saddam Hussein nem fazer guerra no Afeganistão. A Al-Qaeda faz guerra de guerrilha, de "ataca-e-foge".

Por mais poderoso que seja, o americano não



consegue enfrentar uma estrutura em rede, que funciona como um sistema vivo, que tem autonomia, que é descentralizada, onde os núcleos inovam. O que une as pessoas na Al-Qaeda? É uma causa comum, o DNA ideológico, o fervor religioso, o nome que se queira dar a isso. É isso que eles têm, o resto é essa maneira de se organizar em rede. E também os grupos, que agem com muita autonomia. Outra coisa é a internet, a conectividade total. Estão sempre interligados. O Osama bin Laden é um líder na medida em que é uma pessoa carismática. Ele corporifica, encarna aqueles princípios. Mas, se ele morrer, outros vão tomar o lugar. É um tipo de liderança diferente dessa estrutura chamada comando-e-controle.

A: Transportando isso para a esfera pública, e pegando, por exemplo, a área ambiental, o comando-e-controle nem sempre é o sistema mais eficaz para proteger o meio ambiente. Quando há redes de ONGs conectadas, que exercem pressões simultâneas, funciona mais. Podemos fazer esse paralelo? ***(leia reportagem sobre ONGs nesta edição)***

CS: Sim. Um ditador das Filipinas, Joseph Estrada, foi deposto porque algumas ONGs começaram a se conectar, o que originou um movimento popular. Via internet, via celular, ou com os dois, os manifestantes conseguiram formar encontros de massa. É a auto-organização, ninguém estava comandando. Fez tanta pressão que depôs o presidente. Parece que não, mas isso tem a ver com o meio ambiente, porque, se houver uma mobilização informal, via ONGs, sites na internet, você consegue coisas incríveis nos planos ambiental, social e político. Tem um livro chamado *Smart Mobs* ("Multidões Espertas") — *The Next Social Revolution*, que fala justamente disso. É a auto-organização, ou seja, a organização simplesmente surge, emerge do grupo. O PCC é isso, o terrorismo é isso, uma força tremenda, que conceitualmente pode ser fascinante... mas é apavorante.

A: O senhor estuda esses temas há muito tempo?

CS: Meu *background* é planejamento estratégico. Acontece que as coisas estão ficando cada vez mais imprevisíveis, exigem adaptações nas metodologias. A velocidade de mudança está aumentando.

A: Então os sistemas têm de ficar cada vez mais adaptativos.

CS: Sim, a palavra-chave é adaptabilidade. A organização-máquina quebra, já a rede é toda molinha, vai se mexendo como uma ameba, se reconfigurando. Mas, voltando a um ponto que você levantou no início da conversa: o de ecossistemas. As empresas formam redes. O que existe, então, são redes que se recombinam e formam um gigantesco ecossistema. Sendo assim, a sociedade e o meio ambiente não são *constraints*, restrições, inimigos ou partes interessadas que você tem de satisfazer. Não! São parte do seu ecossistema, parte da sua vida. Você está *vivo* dentro deles. Você tem de defendê-los e protegê-los, porque em última análise está defendendo a si mesmo.

A: Só que as empresas, de modo geral, não perceberam isso ainda, não é?

CS: Não mesmo.



RECEITA BRASILEIRA

FOTO E TEXTO: MARCOS AMEND

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá nasceu, há 10 anos, para aliar a conservação da biodiversidade às atividades das populações locais. A receita deu certo. Na várzea amazônica, as águas podem subir e baixar até 15 metros em um ano, fertilizando as terras com os nutrientes trazidos dos Andes. Essa riqueza faz brotar do chão a mandioca nos períodos em que se desvendam as restingas mais altas. Cultivada e processada há séculos por métodos tradicionais, ela chega à mesa ribeirinha na forma de farinha. E reforça a identidade dos povos da Amazônia.





Eis o momento da virada

AS ONGs DO SÉCULO 21 DEPARAM-SE COM O DESAFIO DE REPRESENTAR A SOCIEDADE EM UM NOVO SISTEMA DE GOVERNANÇA MUNDIAL

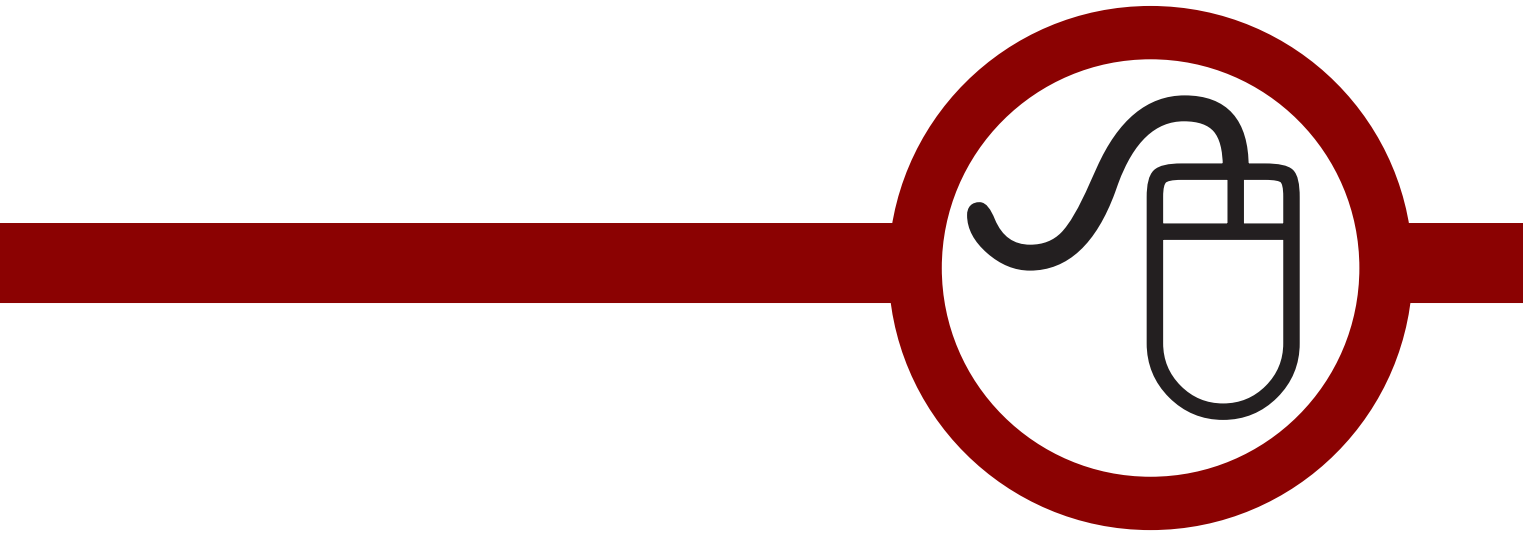
POR **AMÁLIA SAFATLE**

Fosse um país, representaria a oitava economia do mundo. O chamado terceiro setor, formado por entidades sem fins lucrativos, emprega 19 milhões de pessoas no planeta e movimenta nada menos que US$ 1,1 trilhão por ano, segundo relatório da Johns Hopkins University, considerado um dos mais significativos trabalhos sobre o tema. "Para um negócio dessa monta, é um setor muito pouco compreendido", conclui estudo da consultoria SustainAbility, intitulado *A ONG do Século 21 – No Mercado para Mudar*, produzido com base em entrevistas com quase 200 especialistas e com depoimentos colhidos no Brasil, no Canadá, no Reino Unido e nos Estados Unidos.

O estudo da consultoria bem que tenta definir os contornos dessa entidade amorfa que usa recursos privados, mas não é empresa; tem fins públicos, mas não é governo. O trabalho fica próximo de decifrar a charada quando se debruça sobre as instituições e os movimentos sociais no mundo desenvolvido (*leia quadro "Um século de evolução"*), mas se perde quando busca lançar luzes sobre o mundo em desenvolvimento, a começar pelo fato de que, aqui, o terceiro setor mal conhece a si próprio.

Essa incipiência na sistematização de informações logo denuncia o longo caminho a ser trilhado: a ONG do século 21, *comme il faut*, ainda não mora nestas plagas.

E é justamente nesses países em desenvolvimento onde a atuação do terceiro setor se faz ainda mais necessária, diante de um Estado em geral pouco eficaz para suprir as graves demandas socioambientais, nos quais as práticas democráticas ainda não estão plenamente amadurecidas e onde as receitas neoliberais tiveram efeito nefasto sobre o quadro da desigualdade



de renda, educação e saúde. No Brasil, por exemplo, foi somente depois dos anos 2000 que surgiram levantamentos específicos com a finalidade de sistematizar informações sobre o tema *(leia quadro "ONGs no Brasil")*.

PAPÉIS CLAROS

Sem conhecer bem a si mesmo nem saber claramente quais papéis desempenhar, dificilmente o terceiro setor conseguirá vencer os desafios que se impõem às entidades em todo o mundo: a necessidade de articular-se globalmente, de alcançar a transparência, de praticar a boa governança interna, de superar a crise de financiamento – e de agir em conjunto com os setores público e privado, preservando a integridade e a independência *(reportagem à página 36)*.

Mas este momento pode ser o da virada: com a tecnologia da informação a favor – a internet –, o ambiente de rede físico necessário para a articulação global está instalado.

Enquanto isso, o contexto mundial clama por mudanças e alternativas, que se abrem diante da diminuição da presença do Estado, da problemática socioambiental galopante, da explosão de corrupção em todas as instâncias da sociedade e da possibilidade de se avaliar, com clareza, os prós e os contras da globalização.

Com a dominação crescente das empresas transnacionais, as ONGs e os movimentos sociais vão ser mais do que necessários para haver algum tipo de controle da sociedade, e demandar o cumprimento de direitos fundamentais consagrados pelos tratados das Nações Unidas.

O empurrão final para que a chamada Terceira Via ganhe mais espaço e influência é dado pela crescente pressão por transparência e práticas de governança *(reportagem à página 24)*.

Essa pressão é positiva no sentido de que força as entidades a se profissionalizar e a buscar eficiência, o que acaba abrindo caminho para fontes de financiamento, maior adesão de filiados e conseqüente aumento da legitimidade perante o público *(reportagem à página30)*.

Para Aron Belinky, que ocupa a cadeira das ONGs na construção da norma de responsabilidade social ISO 26000, os métodos eletivos e representativos tradicionais estão levando a sociedade ao descrédito com o Estado e com a política, porque os cidadãos não se vêem suficientemente representados.

"Cada cidadão vale apenas um voto, que individualmente não tem peso algum. Além disso, grandes decisões não são tomadas mais localmente, e sim nas instâncias globais ou em outros países", afirma Belinky.

Já as ONGs são capazes de oferecer essa representatividade de que se ressentem os indivíduos, desde que articuladas no plano transnacional. "Há uma gradativa transferência de poder do cenário doméstico para o supranacional. Por isso só vão ter força as entidades que estiverem em rede", diz Sérgio Leitão, diretor de políticas públicas do Greenpeace.



A TECNOLOGIA DÁ CONDIÇÕES PARA QUE A SOCIEDADE, ARTICULADA EM REDE, PROVOQUE AS MUDANÇAS SOCIOAMBIENTAIS E ECONÔMICAS QUE SE IMPÕEM

Outro trunfo na mão das ONGs é descrito por Carlos Siffert, conselheiro da Promon. Em entrevista nesta edição, Siffert descreve as vantagens competitivas do que chama de sistemas vivos, que agem em rede, de maneira mais informal, ágil e flexível, em contraposição às estruturas piramidais e rígidas representadas pelas empresas tradicionais.

Mas, para cumprir esse papel representativo da sociedade, as ONGs terão de se tornar transparentes, eficientes e capazes de operar em uma estrutura de poder mais flexível e menos centralizadora, condizente com o conceito de sistema vivo abordado por Siffert.

Só assim as entidades do terceiro setor e os movimentos sociais ganharão legitimidade suficiente para exigir do governo mudanças nas políticas públicas e, do setor privado, contribuição para causas coletivas e a necessária mudança de paradigmas em suas operações. Estarão mais aptas também para arregimentar o cidadão comum e aglutiná-lo em torno de movimentos por uma sociedade melhor.

"O modelo do Estado soberano até agora tem sido predominante, mas, com a sociedade civil global, surge o conceito de 'governança global', e é nesse contexto que se pode desenvolver uma sociedade sustentável", afirmou Eduardo Felipe Pérez Matias, sócio do L.O. Baptista Advogados, durante a última conferência internacional do Instituto Ethos, em São Paulo.

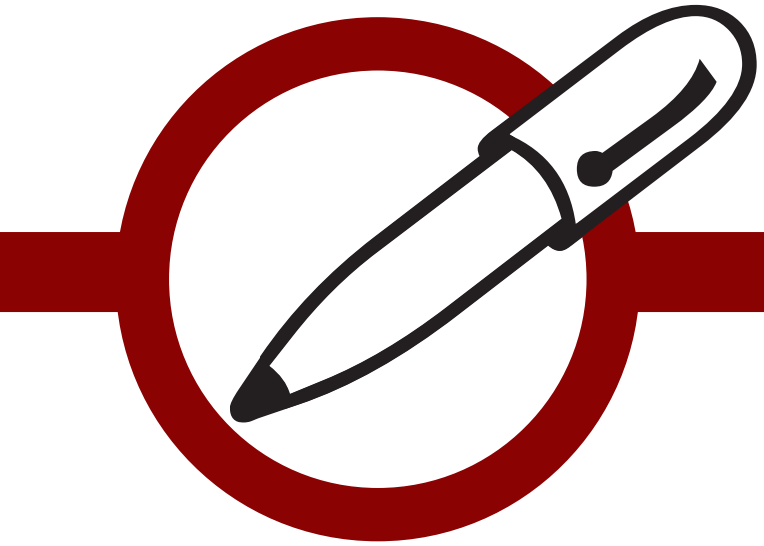
Para Matias, vivemos sob novos tempos, nos quais a sociedade civil vai além da soberania dos Estados e é um agente direto da governança global. "Para se ter idéia de seu poder de transformação, a sociedade civil arrecada mais recursos que as iniciativas governamentais", diz.

Ela ganha também em confiança do público: pesquisas da agência de comunicação Edelman mostram as ONGs disparadas na frente de governos, empresas e mídia, no tocante a questões ambientais, de direitos humanos e de saúde.

Caberia, portanto, ao terceiro setor exercer práticas que nem o Estado nem o setor privado são capazes de cumprir, e também não têm o dever ou legitimidade para tanto. "Nem tudo se



MÉTODOS ELETIVOS TRADICIONAIS levam o cidadão ao descrédito com o Estado e com a política, porque ele não se vê representado o suficiente por um voto, que individualmente não tem peso algum

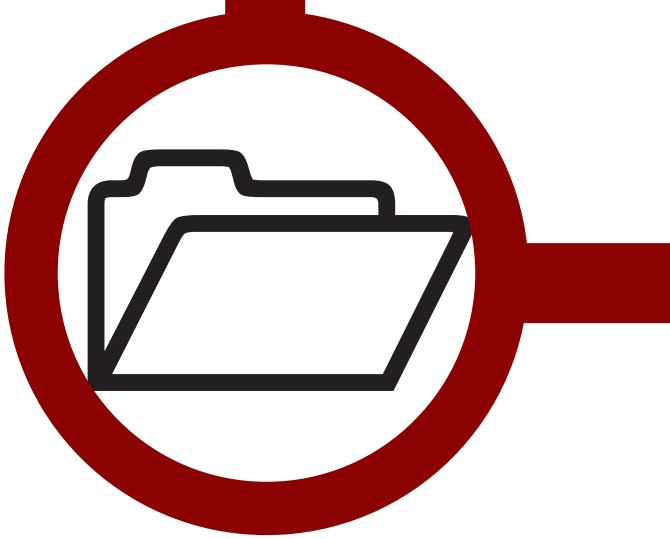


UM SÉCULO DE EVOLUÇÃO

PRINCIPAIS DIFERENÇAS ENTRE AS ONGs "DO PASSADO" E "DO FUTURO"

ONGs DO SÉCULO 20	ONGs DO SÉCULO 21
ESTÃO FORA DO SISTEMA E O DESAFIAM	TORNAM-SE PARTE DO SISTEMA
LEVANTAM OS PROBLEMAS E AS FALHAS DO MERCADO	BUSCAM SOLUÇÕES CONJUNTAS
MUITAS COMEÇAM PEQUENAS E CRESCEM	O FOCO ESTÁ EM AUMENTAR AS REDES
OS FINANCIADORES SÃO MOVIDOS POR SENTIMENTO DE CULPA	OS FINANCIADORES SÃO CONVENCIDOS DE QUE O TERCEIRO SETOR É UM BOM INVESTIMENTO
CAMPANHAS COM FRASES DE IMPACTO, CENTRADAS EM UM ÚNICO TEMA	A AGENDA DAS CAMPANHAS É MULTIDIMENSIONAL, ASSIM COMO DEVEM SER AS ONGs BEM-SUCEDIDAS
AS REGRAS DE TRANSPARÊNCIA SÃO AS DO SETOR DE CARIDADE	ADOÇÃO DAS MELHORES PRÁTICAS EM TRANSPARÊNCIA, *ACCOUNTABILITY* E GOVERNANÇA

FONTE: SUSTAINABILITY



A SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA transpõe a barreira dos Estados e passa a ser um agente direto da chamada governança global

ONGs no Brasil: universo a descobrir

Medir o tamanho e o crescimento do terceiro setor é uma demanda que apenas começa a ser atendida. Os levantamentos estatísticos específicos sobre ele começaram a ser feitos recentemente – em geral, depois do ano 2000. Com a evolução do debate, descartou-se a noção de que toda associação sem fins lucrativos fazia parte do terceiro setor – é difícil concordar que um mesmo conceito possa abranger entidades tão distintas quanto um condomínio, um partido político e uma entidade de assistência social.

A tese central passou a ser que as organizações do terceiro setor se diferenciam de qualquer instituição sem fins lucrativos pelos seus objetivos: os de interesse público. Nesse sentido, o avanço mais importante dos últimos anos foi o lançamento da Classificação dos Objetivos das Instituições sem Fins Lucrativos das Nações Unidas, adotada por boa parte dos países membros.

Mas isso não resolveu um problema de natureza prática: a precária disponibilidade de dados. No Brasil, parte das entidades que se enquadrariam nos parâmetros estabelecidos pela ONU trabalha na informalidade e escaparia a um censo voluntário.

O levantamento mais abrangente sobre terceiro setor no País foi feito em 2002 pelo IBGE e chegou ao número que hoje é a principal referência sobre o tema: há 276 mil Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos (Fasfil) em todo o País, que empregam 1,5 milhão de assalariados.

Dois terços dessas entidades foram criados a partir da década de 1990, 77% não têm nenhum funcionário e apenas 7% contam com dez ou mais trabalhadores. A maior parte (26%) está diretamente ligada a igrejas e instituições religiosas, seguida pelas organizações que atuam no desenvolvimento e defesa de direitos (16%), na área sindical (16%), na cultural e recreativa (14%) e na de assistência social (12%). O restante trabalha com educação, saúde, meio ambiente e habitação.

Quanto ao setor privado, dados mapeados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em 2000 mostram que 59% das 782 mil empresas pesquisadas desenvolviam algum tipo de ação social, fazendo doações, mantendo fundações ou apoiando projetos. Informações atualizadas da pesquisa devem ser divulgadas em agosto. *– por Denise Galvani*

PARA CUMPRIR O PAPEL REPRESENTATIVO QUE O CIDADÃO PEDE, AS ONGs TERÃO DE SER TORNAR MAIS TRANSPARENTES, EFICIENTES E FLEXÍVEIS

resolve pelas mãos do mercado, algumas coisas precisam ocorrer no âmbito da cidadania", defende Luiza Cristina Fonseca Frischeisen, procuradora do Ministério Público Federal.

SEM SUBSTITUIR O ESTADO

"A idéia de que o terceiro setor vai substituir o Estado é um grande engano", afirma Eduardo Capobianco, presidente do conselho deliberativo da ONG Transparência Brasil. "Nós procuramos é fortalecer a ação do Estado. Um exemplo é o Disque-Denúncia, parceria com a polícia que tem como objetivo permitir aos cidadãos o controle social pulverizado, o que acaba levando à cobrança da ação policial", explica.

A quebra das patentes dos remédios contra Aids das poderosas indústrias farmacêuticas é exemplo de como a sociedade não pode deixar algumas soluções apenas nas mãos dos setores privado e público, e de como a opinião pública mobilizada consegue provocar mudanças. Ainda que haja de sobra limitações políticas.

"As ONGs no Brasil precisam criar uma cultura de filiados. É preciso haver uma *constituency*, termo de difícil tradução para o português. Uma ONG com milhares de filiados pode trabalhar esse ativo para obter maior poder de fogo e pressão política", afirma Fabio Feldmann, secretário-executivo do Fórum Paulista de Mudanças Climáticas Globais.

O clássico *Economics and the Environment*, livro de autoria do economista Eban Goodstein, sustenta que, no jogo da influência entre os ambientalistas e a indústria, os primeiros contam com o suporte dos votos, pois conseguem mobilizar a população em torno de suas causas e, assim, mais ganham do que perdem na criação e aprovação de leis de proteção ambiental.

Já a indústria tem como suporte os recursos financeiros, e os usam para influir no processo regulatório das leis. Para isso, pagam estudos técnicos e científicos, montam um *staff* de lobistas, prometem empregos, ganham acesso a legisladores. E pagam para fazer propaganda. @

> Nem tudo se resolve pelas mãos do mercado, algumas coisas precisam ocorrer no âmbito da cidadania



Mostra a tua cara

A COBRANÇA POR MAIOR TRANSPARÊNCIA É LEGÍTIMA, MAS TAMBÉM PARTE DE SETORES CONTRARIADOS COM A ATUAÇÃO DAS ONGs

POR **AMÁLIA SAFATLE**

No início de junho, onze ONGs internacionais ligadas a direitos humanos, causas sociais e ambientais publicaram uma declaração – a *Accountability Charter* –, pela qual se comprometeram a prestar contas à sociedade de sua atuação, em linha com uma série de missões e princípios adotados.

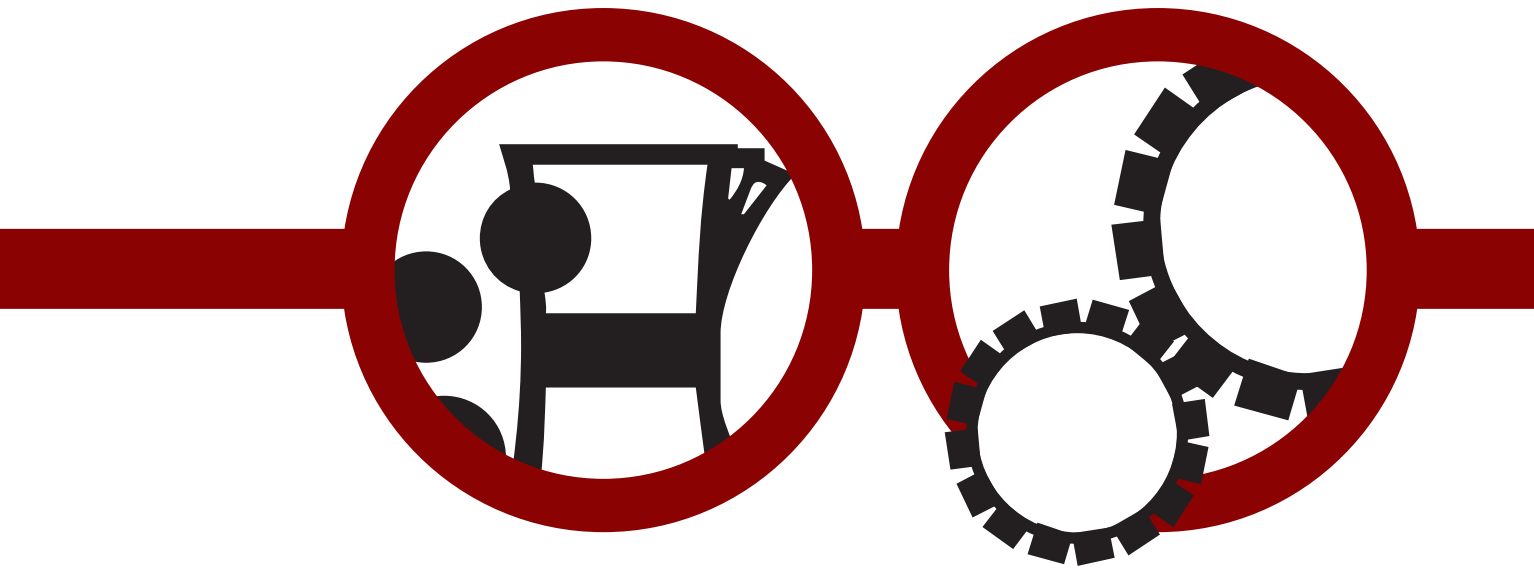
Os "mandamentos" incluem boas práticas de governança e administração, engajamento de *stakeholders* (partes interessadas), respeito aos princípios universais, independência, eficiência, não-discriminação, transparência e ética na captação de recursos.

Assinaram a declaração: ActionAid, Amnesty, Civicus, Consumers, Greenpeace, Oxfam, Save the Children Alliance, Survival, Terre des Hommes, Transparency e YWCA.

As organizações afirmam que essa é uma atitude sem precedentes na história da sociedade civil. Trata-se de uma reação clara à crescente cobrança por transparência e governança no terceiro setor. Falta saber se essa cobrança surge de forma legítima da sociedade ou é promovida por segmentos incomodados pela atuação das organizações, que buscam minar seu poder de influência.

A pressão cresce no momento em que os recursos dos financiadores escasseiam (*reportagem à página 30*), o que pede maior rigor na escolha de projetos eficazes – no sentido de atingir um objetivo – e de organizações eficientes no uso dos recursos.

"As ONGs em geral são pouco transparentes e exercem mecanismos de decisão injustos. O que levanta a dúvida: será que não estão agindo em causa própria?", questiona Eduardo Felipe Pérez Matias, sócio do L.O. Baptista Advogados.



"O debate sem preconceito sobre as ONGs é muito saudável. O controle social só ajuda a constituir democracia", afirma Sérgio Haddad, presidente da Associação Brasileira de ONGs (Abong). Haddad observa, entretanto, que esse mesmo exercício crítico não se estende às fundações ligadas às empresas. "São dois pesos e duas medidas, como se as empresas pudessem fazer a ação social melhor que as ONGs. A corrupção não é prerrogativa de um ou outro setor, a sociedade inteira é corrupta por princípio", afirma.

Antonio Carlos Carneiro de Albuquerque, autor do livro *Terceiro Setor – História e Gestão de Organizações* (Summus Editorial), sublinha a falta de transparência na regulamentação e nos processos entre governo, o terceiro setor e o histórico de clientelismo político nos países latino-americanos, o que acaba levando à ausência de maior cooperação entre todas as partes da sociedade.

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Sérgio Leitão, diretor de políticas públicas do Greenpeace, diz que a cobrança "vem sempre do lado errado": não em prol da transparência e sim como cerceamento às atividades, a exemplo da CPI das ONGs instalada em 2000.

Volta e meia organizações não governamentais aparecem nas manchetes envolvidas em escândalos políticos, usadas em desvios de verbas públicas – fatos que são aproveitados para corroborar as críticas à falta de transparência das instituições. Um projeto de lei, de autoria de Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), foi aprovado no Senado no sentido de restringir a atuação das entidades.

É importante ressalvar que há uma série de ONGs com trabalho sério e respeitado, e boas práticas de transparência e governança.

Para Leitão, as críticas em geral vêm de setores empresariais e governamentais que se sentem contrariados com, por exemplo, a criação de unidades de conservação, de reservas indígenas, de licenciamento ambiental, entre outras ações. "Então esses setores encontram bancadas no Congresso que lhes dão voz", afirma.

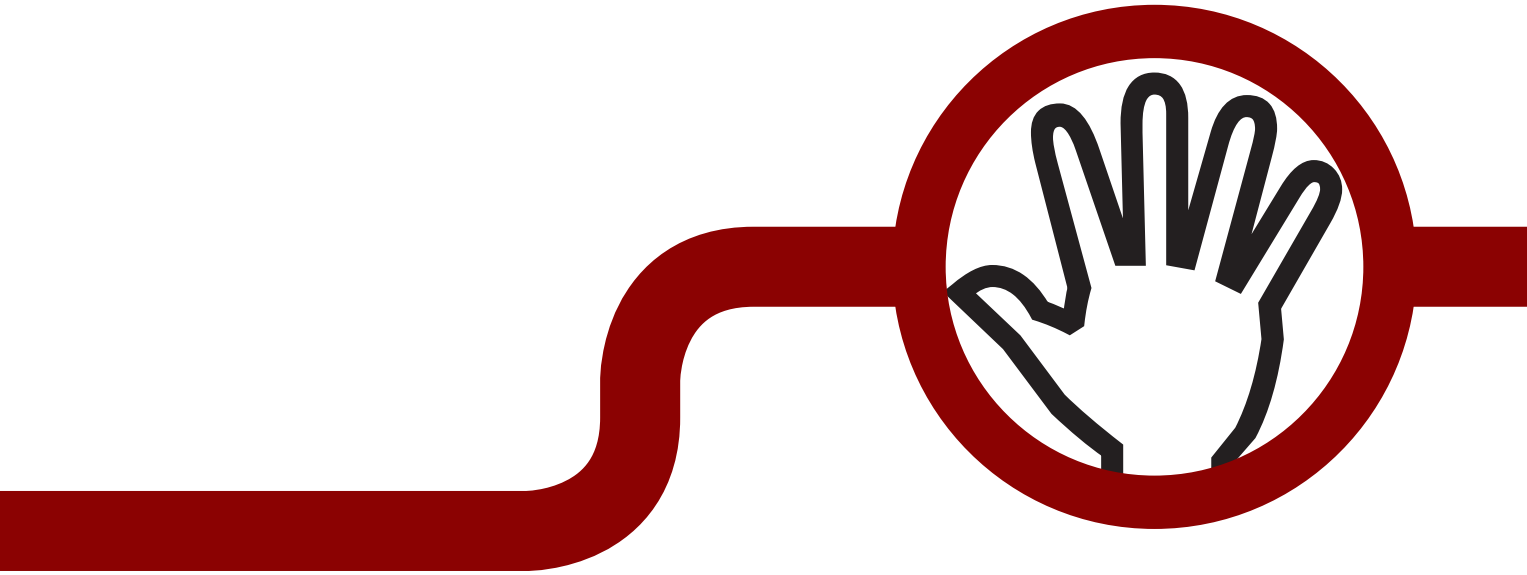
Fernando Nabais da Furriela, advogado e presidente do conselho do Greenpeace, avalia que nessa questão há dois direitos que se contrapõem: o da transparência e o da estratégia. Cabe às organizações encontrar o caminho do meio. "Quando uma ONG divulga determinados dados internos, pode ficar vulnerável, abrindo flancos. Muitas vezes há dados que são estratégicos", explica.

Há quem diga que a cultura "fechada" das ONGs no Brasil tem uma explicação histórica,





EM MUITOS CASOS, a falta de infra-estrutura impede a boa governança: 77% das entidades no Brasil não têm sequer um funcionário



HÁ ENTIDADES QUE APRESENTAM UM PROCESSO DINÁSTICO DE SUCESSÃO, POUCO RODÍZIO NO PODER E CONSELHOS MERAMENTE PROTOCOLARES

ligada à ditadura militar, que perseguia toda e qualquer militância. Argumento que podia ser válido até os anos 80, mas que se perde com o processo de democratização.

Uma forma de as organizações prestarem contas à sociedade é publicar um balanço social. O Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), que pelas mãos de Betinho criou o balanço social para as empresas, foi a primeira ONG a publicar uma versão adaptada ao terceiro setor, há quatro anos.

Segundo Cândido Grzybowski, o Ibase sugere às associadas da Abong que o publiquem, mas nem mesmo o instituto sabe dizer quantas já aderiram. O controle de adesão é feito apenas junto a empresas.

Para Grzybowski, a terminologia "ONG" já sofreu um desgaste irremediável. "É impossível ressuscitá-la. O Marcola tem uma ONG! Não tem mais salvação", diz.

Outro desafio em nome da legitimidade das organizações no País está ligado a sua governança. O representante de uma ONG que prefere não se identificar afirma que há uma "eternização" dos líderes, pouco rodízio e um processo dinástico de sucessão – justamente em um setor que prega a democracia, o pluralismo e a justiça social. "Algumas assembléias de sócios são meramente protocolares e a discussão fica restrita a um grupinho interno", afirma. (*Leia artigo "Democracia também da porta para dentro"*).

Furriela, na presidência do conselho do Greenpeace até janeiro, criou uma regra para que o mandato seja limitado a dois anos, reelegível por apenas mais um período. E há mais lição de casa para fazer.

De acordo com o relatório *A ONG do Século 21*, produzido pela consultoria SustainAbility, hoje se exige que os conselhos das ONGs determinem a direção da organização, elaborem planos e políticas, empreguem, apóiem e avaliem o diretor-executivo, aprovem orçamentos e monitorem gastos, arrecadem fundos e promovam a causa da organização.

Enrique Svirsky, secretário-executivo adjun-



to do Instituto Socioambiental, a maior ONG ambientalista nacional, com 115 funcionários, admite que há problemas de governança e de transparência nas instituições brasileiras de forma geral, mas que muitas vezes a raiz da questão está na falta de infra-estrutura das entidades, das quais a maioria (77% das entidades do terceiro setor) não têm sequer um funcionário – são as chamadas INGs, "indivíduos não governamentais". Segundo ele, o ISA, em 12 anos de operação, já teve oito secretários-executivos diferentes.

VÍCIO DE ORIGEM

Justificativas à parte, Eduardo Capobianco, presidente do conselho deliberativo da Transparência Brasil, levantou mais questões durante a Conferência Internacional do Instituto Ethos: "O terceiro setor também é feito de pessoas que têm vaidade, que buscam poder e prestígio, que querem aparecer na telinha, que têm interesses financeiros e corporativos".

Parece haver um vício de origem no terceiro setor. Para Hélio Mattar, diretor-presidente do Akatu, apesar de as causas serem em prol de um bem coletivo, as ações sempre partem de iniciativas individuais. É o sujeito que quer fazer o bem, mas sente tanto orgulho do que faz que centraliza as operações e não consegue repartir o poder.

Carlos Siffert, conselheiro da empresa Promon, e que também participa do Instituto Razão Social, voltado à educação, fala das dificuldades em atuar no terceiro setor. Para ele, há um "territorialismo" exercido pelas ONGs, que em geral rejeitam a presença do setor privado na luta pela causa, por mais sério que seja o trabalho da empresa.

Aron Belinky, representante das ONGs na construção da norma ISO 26000, vale-se de um esquema para mostrar como se dividem as funções na sociedade. Quando os fins são públicos e os recursos também, falamos do governo, o primeiro setor. Quando os fins são privados e os recursos idem, trata-se do segundo setor, o empresarial. Quando os fins são públicos e os recursos privados, estamos falando do terceiro setor. Há uma quarta combinação: quando os recursos são públicos e os fins privados: "Isso é corrupção, o chamado quarto setor", afirma.

Para Belinky, a transparência, seja no primeiro, no segundo ou no terceiro setor, é a saída para combater o quarto, antes que ele mine todos os demais.

> O terceiro setor também é feito de pessoas que têm vaidade, buscam poder e prestígio e têm interesses financeiros e corporativos

artigo



RACHEL BIDERMAN
é advogada, atuou nos últimos 15 anos no terceiro setor como militante, profissional e voluntária. Hoje é pesquisadora do GVces

Democracia também da **porta para dentro**

POR **RACHEL BIDERMAN**

Na ausência ou falência do Estado, as organizações não governamentais e os movimentos sociais ganharam espaço e poder de influência. Nas democracias modernas, o terceiro setor profissionalizou-se, utilizando-se de estratégias de grande visibilidade de mídia, além de sofisticada engenharia de auto-sustentação financeira. Os espaços públicos de participação ampliaram-se, e a sociedade organizada passou a ocupar assentos na tomada de decisão coletiva sobre temas como meio ambiente, saúde, educação, orçamento público, entre outros.

O advento da internet aumentou exponencialmente o alcance das ações e o impacto das campanhas dessas entidades. Permitiu também a melhor operação das organizações, que passaram a atuar em redes de pressão com maior rapidez e eficácia. É freqüente a menção às organizações não governamentais como agentes necessários da consolidação das democracias modernas, da promoção dos direitos humanos, da proteção ambiental, da defesa dos direitos do consumidor ou apenas como garantidores da justiça, por sua forte atuação como fiscais da sociedade.

No Brasil, a redemocratização foi marcada pelo fortalecimento dessas entidades de interesse público, que não só abasteceram o cenário político de líderes combativos, mas também propiciaram conteúdo e qualidade para o debate sobre os rumos de nossa sociedade.

Outro fenômeno importante foi a constituição das ONGs empresariais, braços para a ação social ou filantrópica de clássicos agentes do mercado. Essas organizações permitiram, e continuam garantindo o exercício da pressão política e do *lobby* em prol de interesses corporativos, mas também da sociedade como um todo.

Apesar da evolução e do fortalecimento das instituições da sociedade civil, ainda há espaço para melhorias. Há quem afirme que as ONGs enfrentam uma séria crise de gestão. Acostumados à militância, ao trabalho de sensibilização de massas ou de assistencialismo, muitos dirigentes das organizações acumularam funções típicas de administração e de liderança

MUITAS ONGS PERDERAM CREDIBILIDADE AO NÃO RENOVAR LIDERANÇAS E DEIXAR DE PRESTAR CONTAS



política. A dupla função e a longa jornada de trabalho, aliadas à rara eventualidade de uma só pessoa acumular talentos e competências tão díspares, muitas vezes inviabilizam a continuidade de bons projetos.

O episódio nem tão distante dos Anões do Orçamento gerou séria desconfiança da sociedade com relação às organizações não governamentais, alimentando a fogueira antidemocrática com lenha nova. Esses e outros episódios de escândalos ofuscaram as boas ações e campanhas de muitas organizações sérias.

Muitas entidades também perderam credibilidade, na medida em que não renovaram suas lideranças nem se adaptaram às rígidas regras de prestação de contas de muitos financiadores internacionais. A transparência e a qualidade da prestação de contas hoje se aplicam não só ao setor privado, mas são cobradas também das organizações de interesse público, que devem ficar atentas à aplicação dos preceitos éticos que tanto defendem, dentro de suas próprias casas.

Quantas instituições incorporaram, de suas portas para dentro, os princípios de prestação de contas, acesso à informação, democracia, eqüidade, respeito à diversidade de gênero, raça e cor? É desalentador imaginar que são poucas ainda as mulheres que assumem a liderança de muitos movimentos sociais ou organizações não governamentais.

E quanto às novas lideranças? Estão recebendo o bastão dos chefes, que começaram sua militância nas décadas de 1960 e 1970, cuja energia já não é tão pulsante? É triste pensar que o apego ao poder e a discriminação também afetam os líderes das entidades voltadas às causas mais ilustres da humanidade. Seria razoável exigir mais equilíbrio na distribuição de poder dentro dos próprios movimentos que clamam por justiça.

Outro grande desafio é gerar novos recursos financeiros para sua manutenção. Hoje são cada vez mais raras as doações a fundo perdido para atividades de interesse público. A crise financeira que assolou as fundações americanas e européias no passado recente reduziu muito as tradicionais fontes de apoio às não governamentais no Brasil.

Houve também forte guinada dos recursos de fomento ao desenvolvimento, ao combate à miséria e à proteção ambiental, que passaram a ser canalizados para o alívio da fome e da miséria na África, meta abraçada pelas Nações Unidas na passagem do milênio. Essa realidade, aliada à falta de incentivos fiscais e mecanismos financeiros de apoio às ONGs no Brasil, tem causado o fechamento ou enxugamento de muitas instituições. Outra perda sofrida pelos movimentos foi a transferência de profissionais qualificados, recrutados para compor quadros do governo.

“Poucas mulheres lideram movimentos sociais ou ONGs. Seria razoável exigir mais equilíbrio na distribuição de poder dentro dos movimentos que clamam por justiça”





Influentes, mas de chapéu na mão

O RECONHECIMENTO PÚBLICO NÃO RESOLVE AS DIFICULDADES FINANCEIRAS ENFRENTADAS PELAS ONGs

POR **JOSÉ ALBERTO GONÇALVES**

Redução da jornada de trabalho, corte de pessoal, dificuldade de pagamento de contas de luz e telefone, diminuição de viagens aéreas e diárias de hospedagem estão se tornando parte do cotidiano de muitas ONGs no Brasil. A situação financeira de um grupo de organizações não governamentais que depende do apoio e da cooperação internacional é cada vez mais difícil, contrastando com seu papel influente na formulação das principais políticas públicas em execução no País.

Desde o início desta década, o aperto financeiro vem se tornando mais grave com a redução das doações de algumas agências européias, como a holandesa Novib, que era estratégica na ajuda financeira a muitas ONGs brasileiras das áreas social e ambiental.

O quadro agravou-se ainda mais com a queda acentuada no valor do dólar e do euro nos últimos dois anos. "As perdas chegam a 30% das receitas previstas, o que está obrigando todas as ONGs que dependem de recursos da cooperação internacional a realizar ajustes dramáticos. As medidas implicam efetivamente corte de pessoal e redução das atividades", admite Jorge Eduardo Saavedra Durão, diretor-geral da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong). São associadas



à Abong cerca de 270 entidades, com quase metade de seu orçamento global oriunda da cooperação internacional.

De bolso vazio, as ONGs talvez enfrentem hoje seu mais sério desafio desde a década de 1970. Naquele momento, o maior obstáculo era político. Envolvidas na defesa dos direitos humanos e nas denúncias de tortura e crimes da ditadura militar, elas funcionavam na semiclandestinidade. Visitas tinham de ser combinadas previamente e não havia identificação das ONGs nos prédios onde funcionavam.

Durante a redemocratização, pouco a pouco foram perdendo o medo até se tornarem peças aceitas e desejadas na engrenagem social. Atualmente, porém, o grande problema das organizações é sua sustentação financeira.

Diferentemente de alguns países europeus, como a Suécia, onde 100% dos recursos das ONGs vêm de fundos públicos nacionais, no Brasil não há uma política de financiamento das entidades não governamentais. As ONGs com atuação centrada em políticas públicas somente surgiram e cresceram graças à ajuda de agências ecumênicas e de cooperação da Europa e da América do Norte.

Entretanto, os financiadores estão mais seletivos, cobrando resultados, indicadores de impactos e produtos mais definidos – o que deixa as ONGs como presa fácil de uma agenda condicionada pelo doador do recurso.

Ficou complicado também obter recursos para o apoio institucional, jargão do terceiro setor para o que se relaciona ao custeio das entidades, envolvendo salários e encargos trabalhistas, contas de luz e telefone, aquisição de publicações, despesas de correio, aluguéis e compra e manutenção de equipamentos.

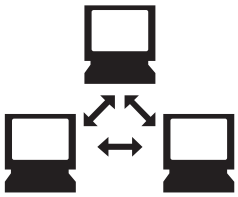
COOPERAÇÃO EUROPÉIA

Um exemplo oportuno da dificuldade é o que ocorreu recentemente com a Fase, uma das principais ONGs brasileiras, com atuação em seis Estados nas áreas de desenvolvimento sustentável e economia solidária.

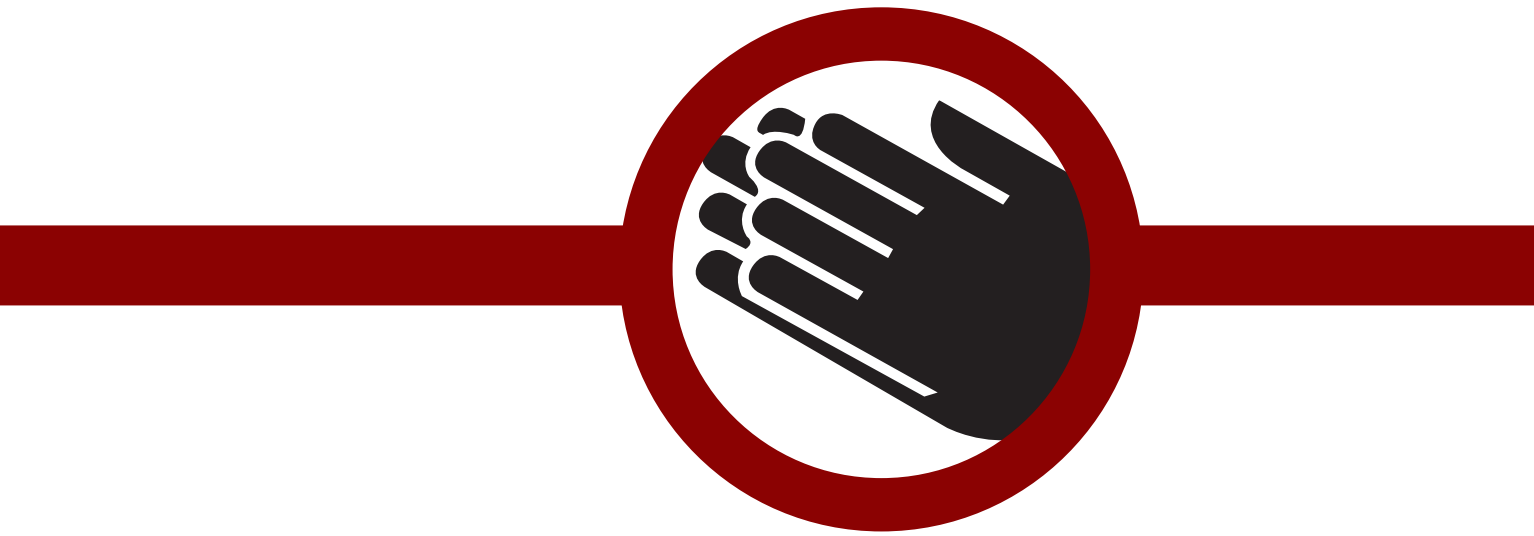
Segundo Jorge Durão, que também é diretor-executivo da Fase, recentemente a União Européia mudou sua política de cooperação e não renovou um contrato de co-financiamento para o apoio institucional à Fase.

Um dos problemas que as ONGs enfrentam é a avaliação de algumas agências européias de que o Brasil não é mais prioritário para seus programas de ajuda por ter atingido

> “As perdas cambiais forçaram todas as ONGs que dependem de recursos da cooperação internacional a realizar ajustes dramáticos”



DIANTE DA ESCASSEZ de recursos, as ONGs podem virar presa fácil de uma agenda condicionada pelo financiador



um grau de desenvolvimento médio. Em geral, essas agências são ligadas à Igreja Católica ou à protestante, a governos da Europa Ocidental ou foram criadas por grupos da sociedade civil, como a Oxfam, no Reino Unido.

Estudo concluído em 2005 por Kees Biekart, pesquisador do Instituto de Estudos Sociais de Haia, na Holanda, mostra que 30% das agências européias consultadas reduziram seus aportes absolutos. Foram, segundo Biekart, justamente as agências que mantinham elevados desembolsos na América Latina e redirecionaram parte dos fundos para países mais pobres da África e da Ásia, atingida por grandes desastres naturais, como o tsunami.

> Agências que mantinham elevados desembolsos na América Latina redirecionaram doações para África e Ásia

Tradicional financiadora de ONGs brasileiras, a holandesa Novib diminuiu em 30% o volume de recursos destinados à América Latina. O Brasil foi um dos países mais atingidos pelo corte. Com um repasse de 24,5 milhões de euros em 2004, a Novib ainda assim se mantinha como a segunda maior fonte de recursos para as ONGs latino-americanas, apenas abaixo da Misereor, agência católica da Alemanha, que doou 43,5 milhões de euros naquele ano.

As 18 agências contempladas no estudo doaram um total de 242 milhões de euros a ONGs da América Latina em 2004. Especialista em cooperação de agências européias na América Latina, Biekart mostra, contudo, que a maioria das agências manteve os repasses praticamente inalterados em termos absolutos ou com algum acréscimo entre 1995 e 2004.

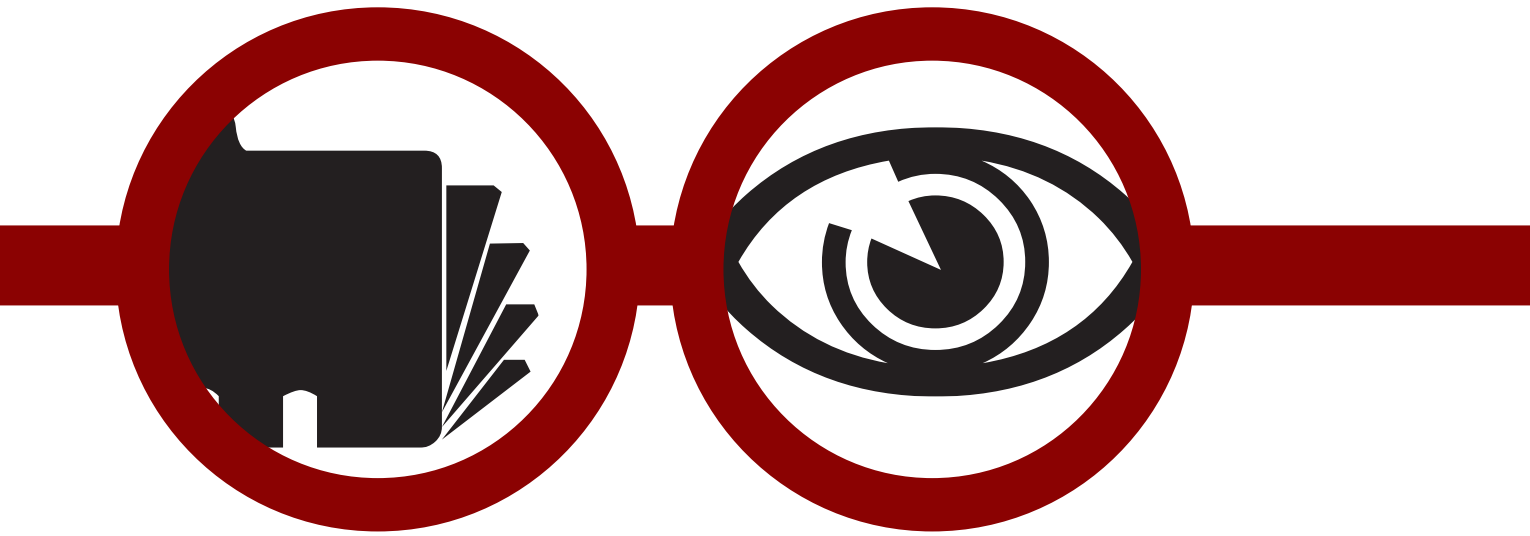
O que houve de fato foi um declínio da fatia da América Latina nos orçamentos das agências, que cresceram do ponto de vista global.

COMPETIÇÃO POR VERBAS

De qualquer forma, tanto os cortes como a manutenção do apoio em valores absolutos vêm preocupando os dirigentes das ONGs. Diante desse quadro, a competição por recursos tende a se acirrar, dado o aumento substancial no número de projetos e entidades nas duas últimas décadas.

O fator cambial é um ponto de vulnerabilidade no financiamento do setor, que sofre o encarecimento dos custos de suas operações na moeda nacional e volta e meia se vê encurralado pela desvalorização do dólar e do euro, as moedas de seus doadores externos.

Rede formada por 200 ONGs e movimentos sociais, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação é um dos projetos que mais têm sofrido com a redução de recursos das agências européias e a valorização do real. Com a saída de



COM A DIMINUIÇÃO DOS CHAMADOS RECURSOS LIVRES, CADA VEZ MAIS O DINHEIRO QUE CHEGA É CARIMBADO, DESTINADO A PROJETOS ESPECÍFICOS

três agências do grupo de financiadores, o orçamento caiu pela metade entre 2004 e 2006.

Mesmo assim, um quarto do orçamento de R$ 378 mil previsto para este ano está sendo bancado por entidades que fazem parte da direção da campanha, a fim de complementar as doações da ActionAid e Save the Children, ambas do Reino Unido, e do Unicef, informa Daniel Cara, coordenador dessa rede.

A campanha mergulhou na penúria financeira justamente no seu momento de maior evidência, pelo papel desempenhado na formulação do projeto que cria o Fundeb, o Fundo de Educação Básica.

O que mais preocupa as lideranças das ONGs no momento é a mudança na natureza dos financiamentos, com menos repasses de recursos livres, para uso no custeio das organizações ou aplicação em projetos definidos sem a bênção do financiador externo.

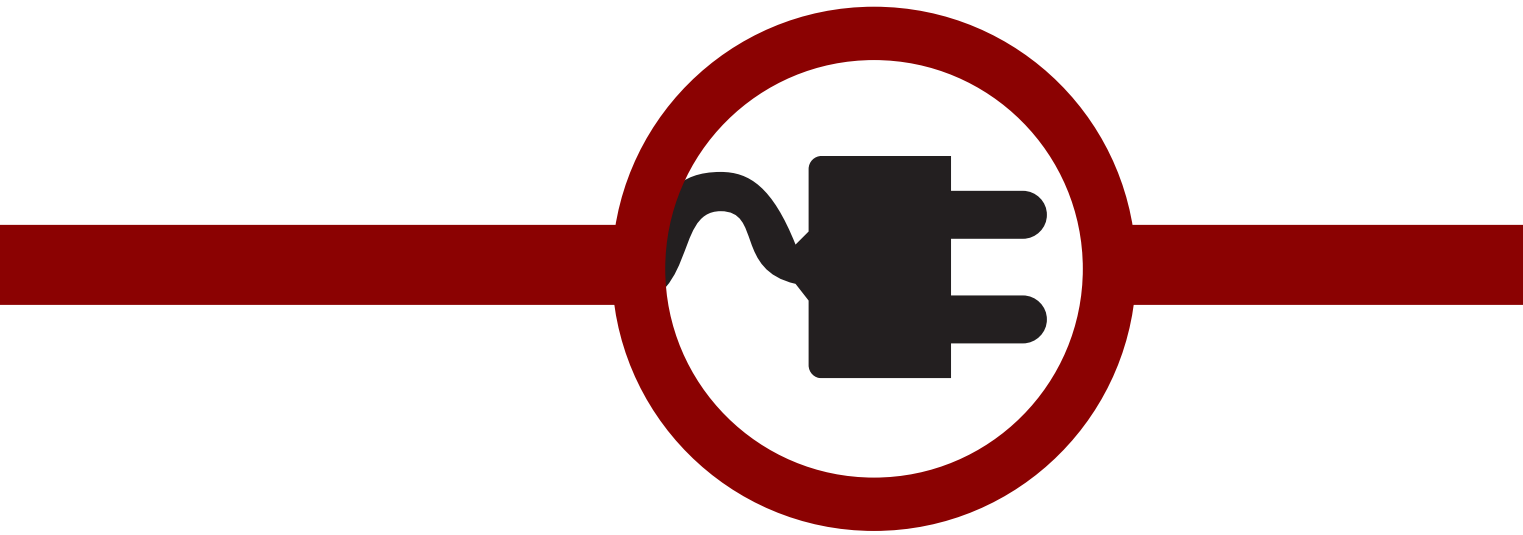
Mesmo ONGs estrangeiras que atuam como intermediárias, captando recursos de outras fontes nos países desenvolvidos e repassando às suas parceiras no Brasil, deparam-se com dificuldades similares em suas sedes.

É o caso da Save the Children (SC), do Reino Unido, com sede em Londres. Segundo Marcia Pregnolatto, coordenadora de programa no Brasil, a SC vem diminuindo sua captação dos chamados recursos "livres" ao longo dos últimos dez anos, que são doados por pessoas físicas ou organizações britânicas.

Esses recursos normalmente são aplicados no fundo institucional da organização, que os investem nos programas desenvolvidos nos 50 países onde a SC está presente.

Cada vez mais, diz ela, os recursos mobilizados são provenientes de projetos apoiados por governos da Comunidade Européia ou fundações internacionais. São recursos carimbados, ou seja, destinados a projetos específicos, sem possibilidade de uso no custeio das entidades. "Os doadores até mesmo determinam o destinatário do dinheiro", diz Marcia.

As dificuldades refletem mudanças no contexto socioeconômico dos países desenvolvidos, na avaliação de Denise Carreira, jornalista e educadora social que coordenou a Campanha pelo Direito à Educação até o início de junho. "A sociedade civil nos países doadores tem



ENTRE OS TEMAS QUE OS FINANCIADORES ESTRANGEIROS ESTÃO MAIS DISPOSTOS A BANCAR ESTÁ O DE PAGAMENTOS POR SERVIÇOS AMBIENTAIS

pressionado as agências financiadoras a cobrar produtos mais claros de seus parceiros nos países em desenvolvimento."

FONTES VARIADAS

Parcerias com o setor privado, fundos públicos e venda de produtos e serviços ganham terreno entre as alternativas de financiamento mais procuradas atualmente pelas ONGs. "Já faz algum tempo que algumas agências dialogam com as ONGs brasileiras no sentido de incentivar a busca de outras formas de captação de recursos", lembra Claude St-Pierre, representante no Brasil da Oxfam.

Exercendo simultaneamente os papéis de ONG e agência financiadora, a Oxfam programou repassar 2,185 milhões de libras (cerca de R$ 8,8 milhões) a projetos sociais no Brasil entre abril deste ano e abril de 2007.

No oeste do Pará, o Projeto Saúde e Alegria (PSA) combina uma gama diversificada de fontes financiadoras externas e domésticas para seus programas de saúde comunitária, manejo florestal, educação e comunicação. Caetano Scannavino Filho, coordenador regional do PSA, lembra do começo do trabalho nos anos de 1980, quando a única fonte de recursos era o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). No governo Collor, o banco suspendeu os aportes e quase levou os irmãos Scannavino a fechar o PSA.

A partir de 1994, o PSA passou a ganhar novos parceiros da cooperação internacional, como as fundações Konrad Adenauer, Avina e Ford, voltou a receber recursos do BNDES e costurou parcerias com prefeituras, vendendo seus serviços de consultoria para gerar recursos próprios. "A nossa tendência é gerar cada vez mais recursos próprios por meio de produtos, assessorias, replicando nossas tecnologias em outras regiões", diz o coordenador do PSA.

Tema marginal até os anos de 1980, o meio ambiente virou uma das áreas mais promissoras do ponto de vista do financiamento por parte de fundos públicos nacionais e internacionais. O Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), criado em 1989, destina quase 45% de seu orçamento anual de R$ 30 milhões a projetos



de ONGs. As possibilidades de financiamento, porém, vão muito além.

Segundo Manoel Serrão Sampaio, gerente de desenvolvimento institucional do FNMA, há no País perto de 1.000 fundos públicos nas áreas de meio ambiente, recursos hídricos e direitos difusos, que recebem ou deveriam receber dinheiro de licenciamentos de obras, isenções fiscais e pagamento de multas ambientais ou previstas nas Ações Civis Públicas.

Desse total, 900 fundos estão vinculados às prefeituras e 56 aos Estados. Entretanto, apenas 5% dos fundos possuem algum tipo de operação. Muitos foram criados para driblar a burocracia estatal e agilizar a implantação de órgãos ambientais. Para torná-los peças importantes no financiamento de projetos ambientais, desafogando a demanda pelo FNMA, foi criada a rede brasileira de fundos socioambientais, com 24 fundos, que contam com o apoio do governo para operar.

Existe também uma fonte internacional exclusiva para meio ambiente. Nos próximos três anos, as ONGs poderão apresentar projetos para conseguir recursos do Fundo Mundial do Meio Ambiente (GEF) nas áreas de biodiversidade (US$ 55 milhões à disposição do Brasil), mudanças climáticas (pelo menos US$ 25 milhões), poluentes orgânicos persistentes e águas internacionais (as duas últimas ainda sem previsão orçamentária).

O coordenador do projeto do GEF no Brasil junto ao Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), Alan Lambert, dá a pista para as ONGs dos temas que os grandes financiadores internacionais estão mais propensos a apoiar: pagamento por serviços ambientais, instrumentos fiscais, seqüestro de carbono e negócios sustentáveis.

Costura difícil, mas promissora

A APROXIMAÇÃO ENTRE AS ORGANIZAÇÕES E O MUNDO CORPORATIVO É POSITIVA E SINÉRGICA, EMBORA TRAGA RISCOS DE COOPTAÇÃO

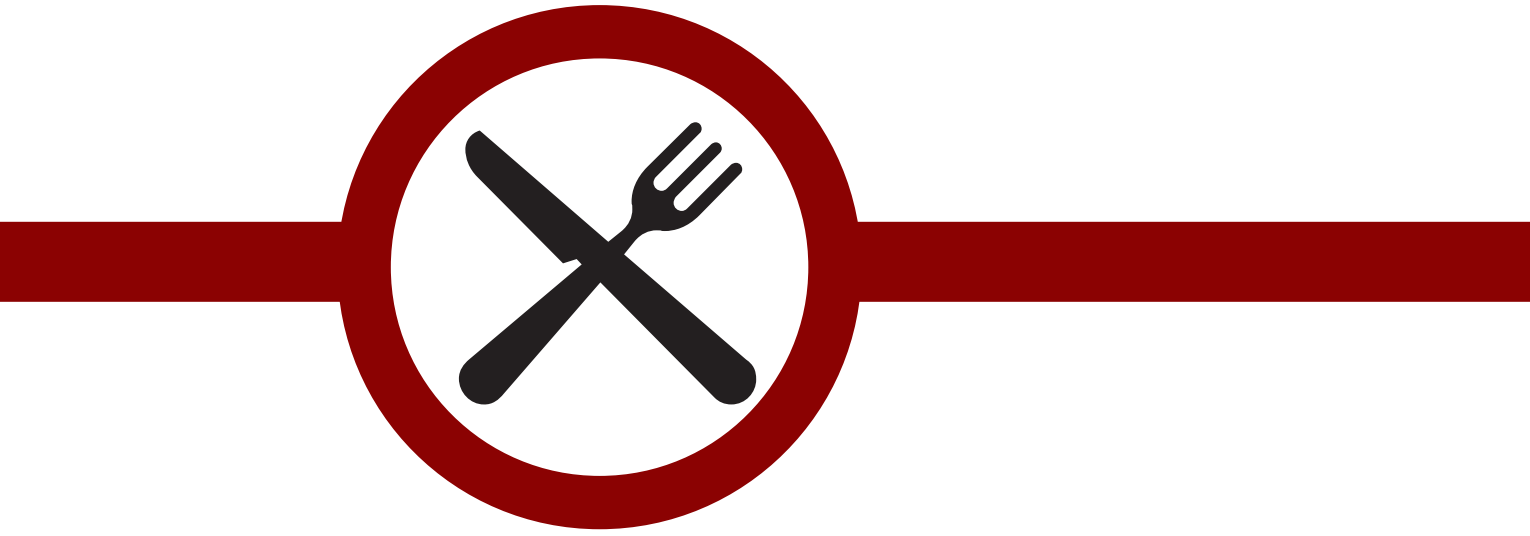
POR **JOSÉ ALBERTO GONÇALVES**

A distância entre o mundo corporativo e as ONGs parece intransponível, sobretudo em relação às organizações mais críticas à economia de mercado, protagonistas do Fórum Social Mundial. O diálogo de fato não é fácil, mas sinais de aproximação dos dois mundos tornam-se cada vez mais comuns.

O movimento de responsabilidade social empresarial tornou as companhias uma fonte nada desprezível de financiamento a ações nas áreas de educação, saúde e meio ambiente. Apenas no universo do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife), foi investido em 2005 perto de R$ 1 bilhão em 2.210 projetos sociais, desenvolvidos diretamente pelas empresas ou por ONGs. Os números foram apurados no terceiro censo da entidade sobre o investimento social privado no País, que recebeu respostas de 63 de suas 90 associadas.

Além de financiar ações no campo social, um grupo de empresas também já participa de agendas conjuntas de trabalho com as ONGs em torno de temas de políticas públicas, algo quase impensável uma década atrás.

A experiência do Fundo Brasileiro da Biodiversidade (Funbio) indica que a costura pode funcionar em outros espaços. Seu Conselho Deliberativo possui 28 membros, distribuídos entre empresas, ONGs, instituições acadêmicas e governo. É ele que aprova as prioridades do Funbio para financiar projetos de conservação da biodiversidade. Integram o conselho entidades tão dissonantes quanto a AS-PTA, ONG que lidera a campanha contra os transgênicos,



e o grupo Brascan, com atuação nas áreas de construção, mineração e agropecuária.

"Há empresas genuinamente convencidas de que o futuro delas está ameaçado", diz Pedro Leitão, secretário-geral do Funbio, que tem participado de reuniões com empresários para convencê-los a investir no fundo. Das instituições beneficiadas pelo Funbio, 79% são ONGs, entidades comunitárias e cooperativas. O fundo foi criado em 1995 como associação civil privada a partir da doação de US$ 20 milhões do Fundo Mundial do Meio Ambiente (GEF).

AGENDA CONJUNTA

As articulações para ampliar a base de doadores do Fundo da Infância e da Adolescência (FIA) e formular o projeto do IR Ecológico, uma espécie de Lei Rouanet do meio ambiente, também são bons exemplos de atuação conjunta entre ONGs e empresas.

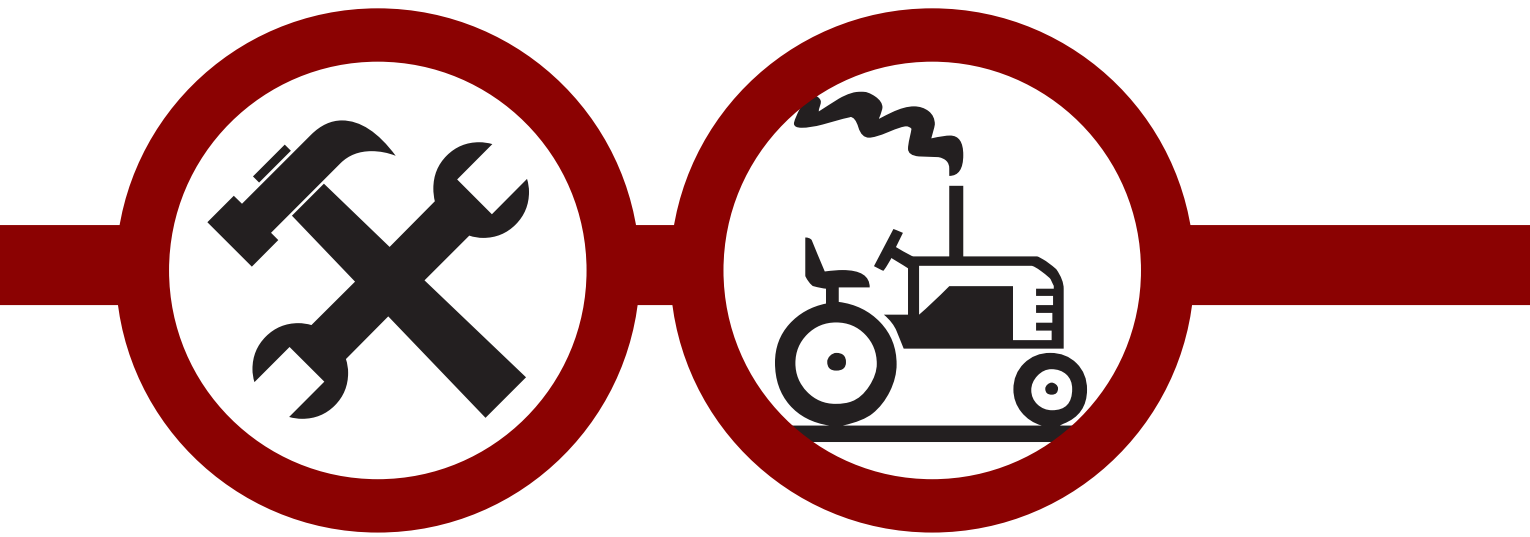
No caso do FIA, o Gife e o Intituto Telemig Celular têm participado ativamente da negociação com o Congresso Nacional de alterações na lei que instituiu o fundo. O objetivo do movimento, de grande interesse das ONGs que atuam na área da infância, visa estender a renúncia fiscal também a pessoas físicas que fazem a declaração simplificada do imposto de renda e empresas que declaram o tributo pelo lucro presumido. Os recursos do FIA são destinados a centenas de projetos de proteção a crianças desenvolvidos por associações comunitárias, centros educativos e ONGs.

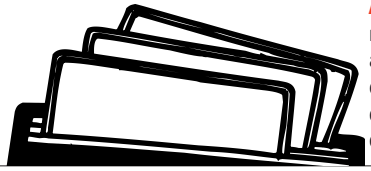
Segundo Fernando Rossetti, secretário-geral do Gife, cerca de 87% das 90 associadas da entidade investem em projetos educativos. Isso explica o empenho da entidade na negociação para mudar as regras do FIA.

Mesmo um segmento historicamente à margem, como o de Educação de Jovens e Adultos (EJA), começa a atrair a atenção de algumas companhias, como a Natura, que lançou no início de julho o projeto "Lendo Nossa Gente". Realizado em parceria com as ONGs Ação Educativa, Alfabetização Solidária e Cenpec, visa estimular a leitura em escolas públicas que oferecem cursos para jovens e adultos.

Já o movimento pela criação do IR Ecológico conseguiu a façanha de juntar num mesmo barco grupos afinados com o mundo corporativo, como o Gife, a Fundação O Boticário e ONGs de perfis distintos como o WWF, a Conservação Internacional (CI), a The Nature Conservancy (TNC), o Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ), a SOS Mata Atlântica e o Instituto Socioambiental (ISA).

O objetivo é aprovar no Congresso uma lei de renúncia fiscal que incentive pessoas físicas e jurídicas a doar dinheiro para uma carteira de apoio a projetos ambientais. "Seria uma fonte adicional de recursos que as ONGs poderiam captar para investir na profissionalização de suas ações", diz Ana Cristina Barros, representante da TNC no Brasil.





A SOS MATA ATLÂNTICA não tinha fôlego financeiro até estabelecer parcerias envolvendo o cartão de crédito do Bradesco e a pasta de dente da Colgate/Palmolive

É MAIS DIFÍCIL ATRAIR EMPRESAS PARA APOIAR CAMPANHAS QUE INTERFEREM NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Uma das pioneiras na aproximação com o setor privado é a Fundação SOS Mata Atlântica. Mesmo com empresários em seu conselho, até 1992 vivia de chapéu na mão atrás de doações das companhias, lembra Adauto Basílio, gerente de captação de recursos da organização. Em 1993, o lançamento de um cartão de crédito pelo Bradesco, pelo qual a pessoa se tornava filiada à SOS, deu fôlego à entidade para contar com uma fonte estável de recursos.

Metade do dinheiro repassado pelo Bradesco paga o custeio da entidade e os outros 50% destinam-se a projetos. "Antes os empresários torciam o nariz para nossos pedidos, éramos os ecochatos. Agora, são as empresas que nos procuram interessadas em apoiar alguma iniciativa", diz Basílio.

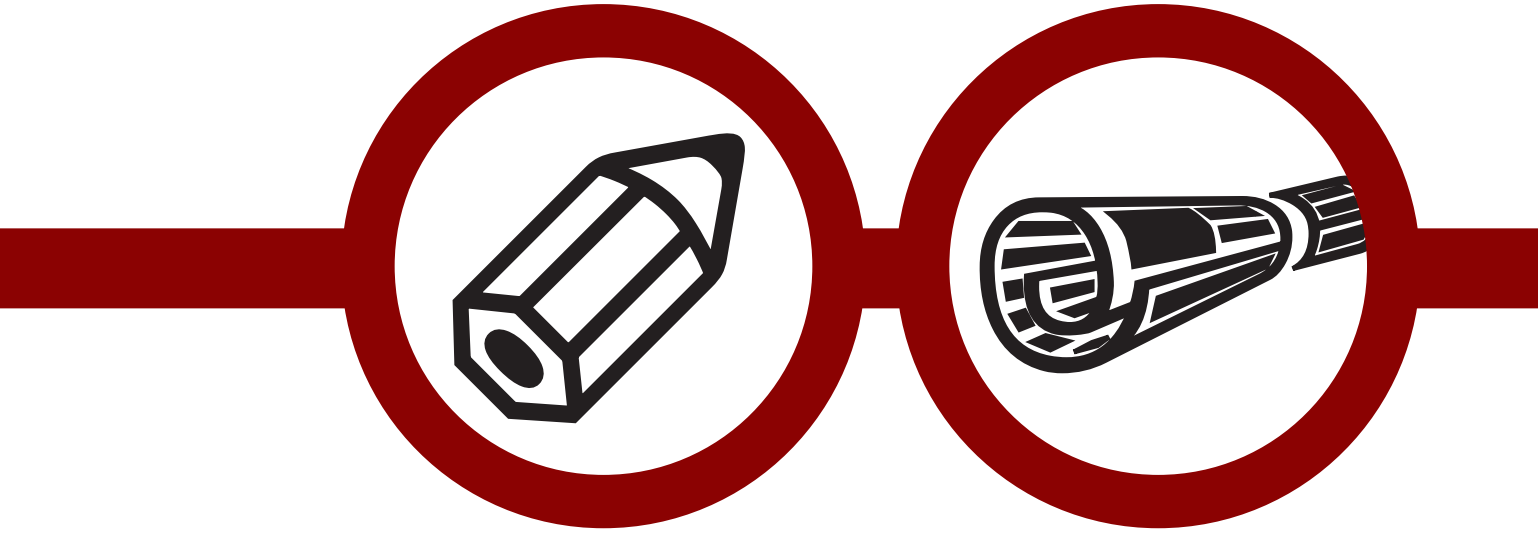
Do orçamento anual de R$ 13 milhões, cerca de 90% vêm das parcerias com empresas. Somente o cartão do Bradesco rende anualmente à SOS perto de R$ 3 milhões. Outro apoio é o da Colgate/Palmolive, que desde 1997 repassa à SOS 1% das vendas da linha de saúde bucal Sorriso Herbal, que deve render pelo menos R$ 150 mil aos cofres da entidade.

Mais uma ONG que ampliou suas parcerias com empresas é o Instituto Ecoar, especializado em educação ambiental e reposição florestal. Em 2004 e 2005, por exemplo, a entidade desenvolveu atividades de sensibilização ambiental no entorno de cinco unidades da Suzano Papel e Celulose no Estado de São Paulo, sob encomenda da empresa.

No entanto, assinala Miriam Duailibi, coordenadora do Ecoar, o instituto também condiciona suas parcerias à abertura das empresas para atividades de educação ambiental com funcionários dos diferentes escalões hierárquicos. Foi assim que surgiu o projeto "Fomento à Cultura de Sustentabilidade", realizado junto às áreas de recursos humanos, comunicação e segurança, meio ambiente e saúde do Cenpes, o centro de pesquisas da Petrobras.

CONFLITOS E POSSIBILIDADES

Ainda é difícil e muitas vezes turbulenta a



A eficiência medida em números

Trata-se de um curso inédito: ensina profissionais de organizações da sociedade civil e técnicos do setor público a medir financeiramente o resultado das ações sociais. O Banco Itaú lançou o treinamento no ano passado e prepara a quarta turma, que tomará aulas durante dois meses e meio.

"Os recursos tanto físicos quanto humanos são muito escassos nas instituições, daí a necessidade de buscar a eficácia na sua alocação", afirma Ana Beatriz Patrício, superintendente da Fundação Itaú Social. "Mais que prestar contas para os financiadores, as organizações buscam nesse curso a profissionalização."

O banco está empenhado em traduzir em números o impacto econômico da educação e, sob a coordenação do diretor-executivo Sergio Werlang, já chegou a uma estimativa: o investimento nesse setor, medido por um dos projetos sociais da fundação – o Raízes e Asas – traz uma taxa interna de retorno à sociedade de 14,3% ao ano, durante 50 anos.

Aron Belinky, que ocupa a cadeira das ONGs na construção da norma de responsabilidade social ISO 26000, pondera que as ONGs precisam desenvolver seus próprios meios de medir a eficiência. Para ele, a medição financeira é válida em caráter emergencial, quando é necessária velocidade na solução de questões. Mas alerta que esta não pode ser a única saída, pois acaba condicionando, de forma reducionista, ativos intangíveis a valores monetários. – *por Amália Safatle*

aproximação entre os mundos corporativo e as ONGs, particularmente as organizações com atuação histórica no debate sobre políticas públicas. "Não é fácil atrair empresas para campanhas que interferem nas políticas públicas. Tendem a ter um pé mais atrás quando se trata de uma ação política mais explícita", diz Denise Carreira, ex-coordenadora da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Rossetti, do Gife, reconhece a dificuldade. "São duas culturas distintas. As ONGs costumam ter um discurso mais ideológico, crítico às empresas. No mundo corporativo, porém, a linguagem é mais enxuta e há mais cobrança por resultados." De qualquer forma, ele acredita que os dois campos tendem a se aproximar cada vez mais, até porque existe um grupo de empresas ciente da importância de relacionar investimentos sociais a políticas públicas que promovam a cidadania.

Tal ponte está sendo construída com a ajuda de consultorias como a Setor 2 ½, especializada na estratégia de ações de responsabilidade social empresarial. A mais recente aproximação proporcionada pela Setor 2 ½ se deu entre o ISA, a Grendene e a top model Gisele Bündchen, que aderiram em maio à campanha Y Ikatu Xingu, movimento pela recuperação das nascentes dos rios que cortam o Parque Indígena do Xingu.

Usar o apoio do setor empresarial quase sempre é um dilema para as organizações não governamentais. Não seria incoerente aceitar apoio de companhias que se notabilizaram por uma biografia socioambiental pouco louvável?

O tema costuma gerar discussões infindáveis no campo das ONGs e é visto com enfado pelos empresários. Pedro Leitão, do Funbio, levanta uma possível solução para o dilema. "A ONG deve condicionar a parceria ao cumprimento de um compromisso da companhia com a mudança de comportamento, monitorando a empresa por meio de indicadores." Mas sempre há riscos nessa relação, como adverte Fabio Feldmann, secretário-executivo do Fórum Paulista de Mudanças Climáticas Globais: "A interação das ONGs com o governo e empresas é positiva e sinérgica, mas sempre traz um risco que é o da cooptação", diz.

retrato

JÓIA DA FLORESTA

FOTO E TEXTO: MARCOS AMEND

Fruto das palmeiras das restingas mais altas da região de Mamirauá, o açaí (*Euterpe oleracea*) é ouro. Transpôs barreiras culturais e virou moda nas mesas das grandes cidades. Para além do paladar, os ribeirinhos aprenderam a transformar a semente do açaí em jóia — bijuterias que traduzem e levam consigo um pouco da riqueza da floresta.





O futuro em formação

APESAR DE TURBULÊNCIAS NO MERCADO, OS CRÉDITOS DE CARBONO AINDA SÃO O MELHOR CAMINHO PARA O DESENVOLVIMENTO LIMPO

POR **DENISE JULIANI**





A forte queda da cotação dos créditos de carbono negociados na Europa ocorrida em meados de maio levantou dúvidas quanto ao futuro desse mercado, considerado um dos mais promissores campos para os empreendedores do século XXI. A derrocada dos preços aconteceu no European Union Emission Trading Scheme (EU ETS), que negocia *allowances* – as permissões para emissão de gases de efeito estufa (GEE), mas a turbulência acabou afetando também os preços dos Certificados de Emissões Reduzidas (CER), créditos de carbono originados a partir de projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), que funcionam no âmbito do Protocolo de Kyoto.

Antecipando-se à entrada em vigor do primeiro período de compromisso previsto no Protocolo, de 2008 a 2012, a União Européia organizou, já a partir de 2005, o EU ETS, um mercado próprio de trocas de créditos de carbono (*glossário à pág. 47*). As empresas que conseguem reduzir suas emissões além da meta estabelecida pelos seus respectivos governos recebem um certificado, a *allowance*, que pode ser vendido àquelas que não conseguiram atingir o objetivo. Estas últimas podem, ainda, comprar créditos gerados por projetos de MDL até o limite de 8% de suas necessidades.

As *allowances* chegaram a cair 63% no momento mais crítico, de 29,43 para 10,90 euros a tonelada entre 24 de maio a 2 de junho, conta Philippe Lisbona, diretor do Stratus Banco de Negócios. Nas semanas seguintes, as cotações estabilizaram-se em torno de 15 euros a tonelada.

A crise foi causada por dois fatores, diz Marco Antonio Fujihara, do Instituto Totum e especialista no mercado de carbono. O primeiro é o fato de os governos europeus terem sido permissivos nas licenças, o que gerou um excedente na oferta de créditos e facilitou o cumprimento das metas pelas empresas. O segundo, a entrada mais forte da China no mercado. Com 80% da matriz energética baseada em carvão – considerado o combustível mais "sujo" dentre os fósseis – a China é capaz de gerar um expressivo volume de créditos com pequenas reduções nas emissões.

Segundo Fujihara, como a China terá volume maior de créditos de carbono para negociar do que a maioria dos países em desenvolvimento, a saída para o Brasil não ficar de fora do mercado é batalhar para que seus projetos tenham maior valor agregado, por meio de governança corporativa, transparência e respeito aos *stakeholders*. "Não podemos esquecer que o MDL não é só geração de créditos de carbono, o que o diferencia é o aspecto de sustentabilidade que está em sua origem", diz.



COM 80% DA MATRIZ energética baseada em carvão, a China gera expressivo volume de créditos com pequenas reduções na emissões

O MDL envolve projetos de performance futura que incluem a questão da sustentabilidade do empreendimento e os impactos sociais e ambientais envolvidos no negócio, acrescenta Linda Murassawa, diretora de produtos socioambientais do banco ABN Amro Real. "A razão de ser do projeto é a redução das emissões", lembra. "O crédito de carbono é a cereja do bolo."

HAVERÁ DEMANDA?

Ao que parece a tempestade passou, mas não sem antes mexer com os preços dos CER, cujas vendas ainda são feitas no balcão: o valor é negociado diretamente com o comprador, tendo como referência as *allowances*. Empresas, bancos e consultorias participantes de negócios envolvendo projetos de MDL no Brasil começam a se perguntar se haverá demanda para todos os créditos de carbono previstos para chegar ao mercado nos próximos anos, estimados pela ONU em 1 bilhão de toneladas de carbono equivalente até 2012.

"O mercado de créditos de carbono está em uma fase de crescimento e consolidação e, a despeito das incertezas quanto à demanda futura, a conclusão é que esse é um caminho sem volta", afirma Lisbona. A expectativa dos especialistas, e também de Lisbona, é que as metas sejam mais rigorosas que as anteriores a cada nova fase do acordo.

À medida que as metas de redução forem conhecidas, poderão ser confrontadas com um inventário de emissões que mostra a curva de emissão dos países, permitindo medir com boa margem de segurança qual será a demanda futura por créditos de carbono, tanto os originados por MDL quanto as *allowances*, garante Marcelo Junqueira, diretor da Econergy.

O inventário é uma fotografia da situação das emissões de GEE e uma obrigação de todos os países que fazem parte da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, mesmo que não tenham ratificado o Protocolo de Kyoto, como é o caso dos Estados Unidos, o maior poluidor do planeta e cujas emissões seguem crescendo.

De acordo com relatório da Agência de Proteção Ambiental dos EUA, as emissões totais de GEE daquele país cresceram 15,8% entre 1990 e 2004.

Um recente documento do Departamento de Energia dos EUA reforça o que todos os envolvidos no mercado, de empresários a ambientalistas, dizem há tempos: a necessidade de medidas mais severas de contenção das emissões de GEE é real. O relatório estima em 75% o aumento das emissões globais de dióxido de carbono (CO_2) entre 2003 e 2030.



HÁ CERCA DE 200 fundos de investimento que atuam no mercado de créditos de carbono. As grandes empresas preferem comprar via fundos para evitar preços mais altos

QUEM COMPRA...

Entre os compradores ativos de créditos de carbono estão os governos dos países desenvolvidos – reunidos no chamado Anexo 1 da Convenção – que ratificaram o Protocolo de Kyoto. Embora as empresas, pelo menos as européias, tenham metas de redução a cumprir, é preciso lembrar que toda atividade humana gera gases de efeito estufa. Na União Européia, por exemplo, cerca de 12 mil empresas respondem por metade das emissões, observa Junqueira.

De olho na demanda futura de governos e empresas em razão da expectativa de aumento das metas de redução, o mercado viu surgir nos últimos anos vários fundos de investimento privados para a compra de créditos de carbono. Fujihara estima em cerca de 200 instituições em todo o mundo.

"As grandes empresas preferem comprar carbono por meio dos fundos para evitar que o vendedor cobre mais caro caso saiba para quem está vendendo", conta.

Segundo ele, 90% das compras são feitas por meio dos fundos, principalmente pelas grandes companhias de energia elétrica de países desenvolvidos que queimam combustíveis fósseis.

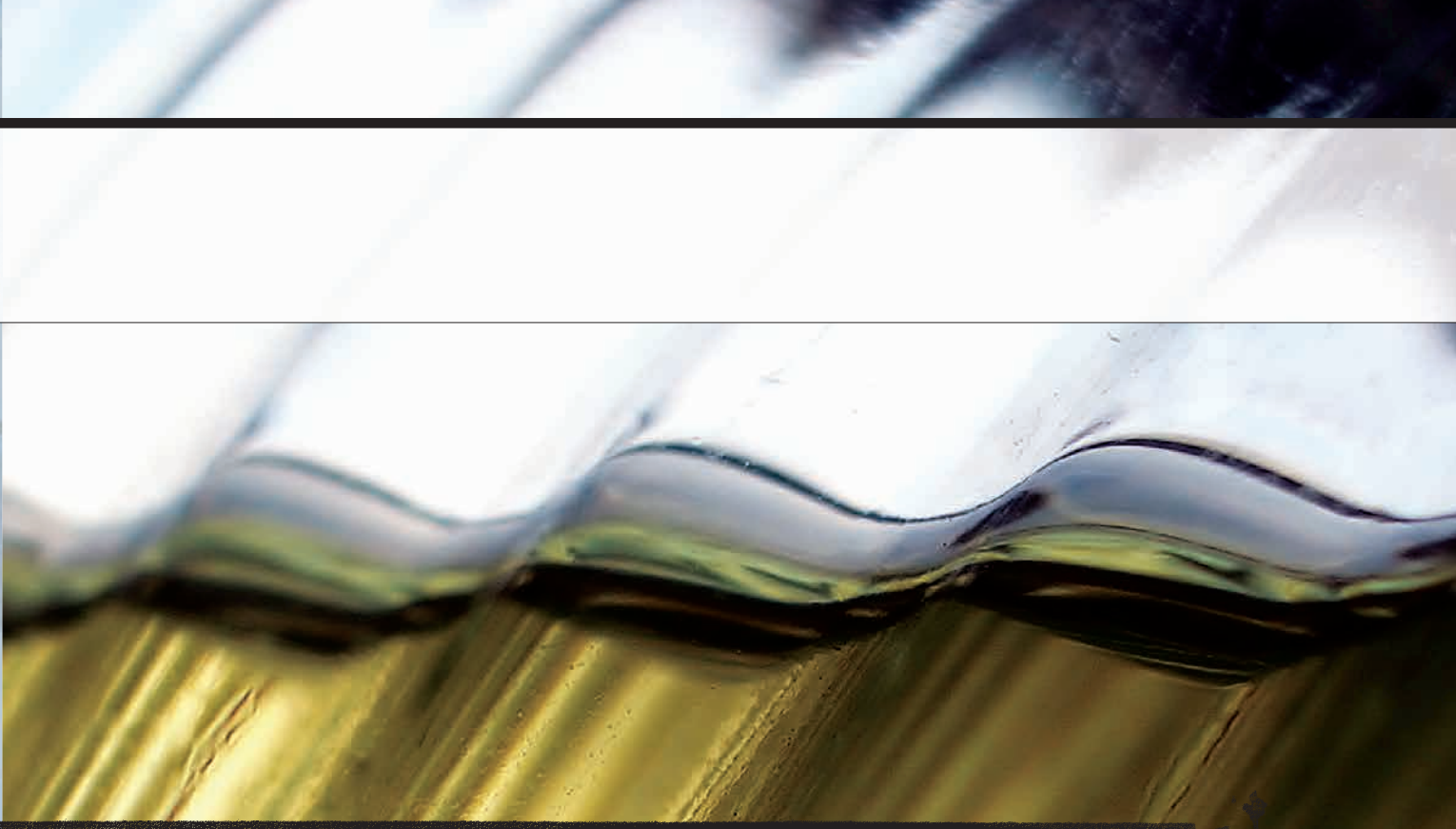
Junqueira aposta nos EUA como um potencial grande comprador de créditos originados por MDL. "A sociedade americana já abriu os olhos para a necessidade de redução das emissões, a despeito da resistência do governo, e pode vir a ser um importante financiador de projetos de MDL", afirma. Fujihara também prevê a entrada dos EUA na ponta compradora. "Não podemos esquecer que mais de 20 estados americanos possuem regulamentação relativa a emissões mais rígida do que Kyoto", diz.

... DE QUEM?

Devido ao elevado custo dos projetos de eficiência energética em países desenvolvidos (cerca de 250 euros na Europa e 450 euros no Japão por tonelada de carbono equivalente reduzida), os países em desenvolvimento são um campo aberto para a instalação de projetos redutores de emissões e geradores de créditos. "No Brasil, o custo de redução da tonelada está ao redor de 10 euros", diz Antonio Lombardi, gerente de mudanças climáticas do ABN Amro Real.

Não à toa, o Brasil é o segundo em número de projetos de MDL: dos 223 contabilizados pela ONU até 22 de junho, 21% estão no Brasil, que fica atrás apenas da Índia, com 31% dos planos aprovados. No total, há cerca de 800 projetos em elaboração em todo o mundo.

Os projetos de MDL no Brasil estão concentrados em aterros sanitários (35%), eficência energética (35%) e co-geração no setor sucroalcooleiro (14%), informa Lombardi. O



restante distribui-se entre pequenas centrais hidrelétricas (PCH) e outros setores.

Para Lombardi, a geração de carbono deve ser colateral à atividade econômica da empresa, um rendimento a mais, como é o caso dos projetos de co-geração de energia a partir de bagaço de cana desenvolvido pelas usinas de açúcar e álcool.

Segundo Philippe Lisbona, no Brasil é grande a procura por projetos de aterro sanitário, cuja metodologia está consolidada e permite estimar a geração de créditos de carbono com precisão e segurança – um dos principais riscos nesta atividade é justamente o erro no cálculo do volume de créditos a serem gerados.

Ele reforça que é preciso atenção quanto ao tipo de projeto escolhido: dependendo da quantidade de créditos gerados, o empreendimento pode não se justificar economicamente.

O importante é que os empreendedores enxerguem os projetos de MDL e seus créditos de carbono não como o pote no fim do arco-íris, mas como uma forma de contribuir para a consolidação de uma matriz energética mais limpa e de incorporar elementos sociais e ambientais aos negócios.

"Este é um mercado em formação e todos os envolvidos estão aprendendo ao longo do caminho", diz Marcelo Theoto, sócio da consultoria Fábrica Ética. a

GLOSSÁRIO

GASES DE EFEITO ESTUFA (GEE): gases que permitem a entrada dos raios solares e impedem a saída de calor da Terra, processo que mantém a temperatura da superfície do planeta equilibrada e favorece a existência da vida como a conhecemos. O aumento da emissão desses gases devido à atividade humana está alterando esse equilíbrio e causando o aquecimento global.

TCO_2E (TONELADA DE CARBONO EQUIVALENTE): medida métrica utilizada para comparar as emissões de vários gases de efeito estufa com base no potencial de aquecimento global de cada um. O dióxido de carbono equivalente é o resultado da multiplicação de toneladas emitidas de GEE por seu potencial de aquecimento global.

PROTOCOLO DE KYOTO: acordo segundo o qual os países industrializados devem reduzir suas emissões de gases de efeito estufa em pelo menos 5% no período entre 2008 e 2012, tendo como referência os níveis de 1990.

MECANISMO DE DESENVOLVIMENTO LIMPO (MDL): é um dos instrumentos de flexibilização do Protocolo de Kyoto destinado a facilitar o cumprimento das metas de redução de GEE pelos países que o ratificaram. Cada tonelada de CO_2 equivalente que deixe de ser emitida ou for retirada da atmosfera por um país em desenvolvimento pode ser negociada no mercado mundial na forma de Certificados de Emissões Reduzidas (CER).

EUROPEAN UNION EMISSION TRADING SCHEME (EU ETS): mercado criado pela União Européia para negociação de *allowances* como uma antecipação da entrada em vigor do Protocolo de Kyoto. Os governos dos países da União Européia definiram metas de redução de emissões de GEE, válidas entre 2005 e 2007, para cerca de 12 mil empresas. Aquelas que ficam abaixo do patamar exigido podem vender *allowances* para as que extrapolam suas metas.

artigo



PAULO MOUTINHO
cooderna o programa de mudança climática do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam)



MARCIO SANTILLI
integra o conselho diretor do Instituto Socioambiental (ISA)

Floresta em pé **compensa**

POR **PAULO MOUTINHO** E **MARCIO SANTILLI**

O "clima" das discussões sobre mudanças climáticas virou na última conferência da ONU sobre o assunto, realizada em dezembro de 2005 em Montreal. O motivo foi a inclusão na pauta de uma questão até então adormecida: como enfrentar as emissões crescentes de gases de efeito estufa (GEE) oriundas do desmatamento nos países em desenvolvimento? Papua Nova Guiné e Costa Rica, com o apoio da Coalition for Rainforest Nations – um grupo de dez países tropicais em desenvolvimento, do qual o Brasil não faz parte –, conclamaram as nações a enfrentar o problema.

As regras do Protocolo de Kyoto enfatizam a redução das emissões nos países desenvolvidos decorrentes da queima de combustíveis fósseis – que atualmente contribuem com 80% das emissões globais de GEE. Os 20% restantes, computados basicamente ao desmatamento tropical, não receberam qualquer tratamento no Protocolo. Nenhum mecanismo visando a sua redução foi aceito como ação válida de mitigação da mudança climática.

A iniciativa de Papua e Costa Rica abre uma oportunidade única para um salto nas negociações internacionais sobre o aquecimento global. O que se propõe é uma compensação aos países em desenvolvimento pela redução do desmatamento em seus territórios. O conceito, chamado de Redução Compensada, havia sido lançado por um grupo de pesquisadores coordenado pelo Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), em 2003. A idéia é que os países em desenvolvimento – os maiores detentores de estoques de florestas tropicais – que se disponham e consigam reduzir as emissões nacionais resultantes do desmatamento, abaixo de um valor de referência, recebam compensação financeira internacional correspondente às emissões evitadas.

UMA PROPOSTA PARA INCLUIR O DESMATAMENTO TROPICAL NOS MECANISMOS DO PROTOCOLO DE KYOTO

A redução dos índices nacionais de desmatamento, aferidos por critérios técnicos comuns e consistentes – imagens de satélites, por exemplo –, estabeleceria os parâmetros para a compensação. Ela, por sua vez, seria feita por mecanismos de mercado, como os créditos de carbono, mas de modo diferente do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), que é vinculado à execução de projetos específicos. Valeria, neste caso, o compromisso entre países com a redução das taxas nacionais anuais de desmatamento como referência. A compensação viria *a posteriori*, a partir da verificação técnica da efetiva redução de emissões – não importando como foi obtida.

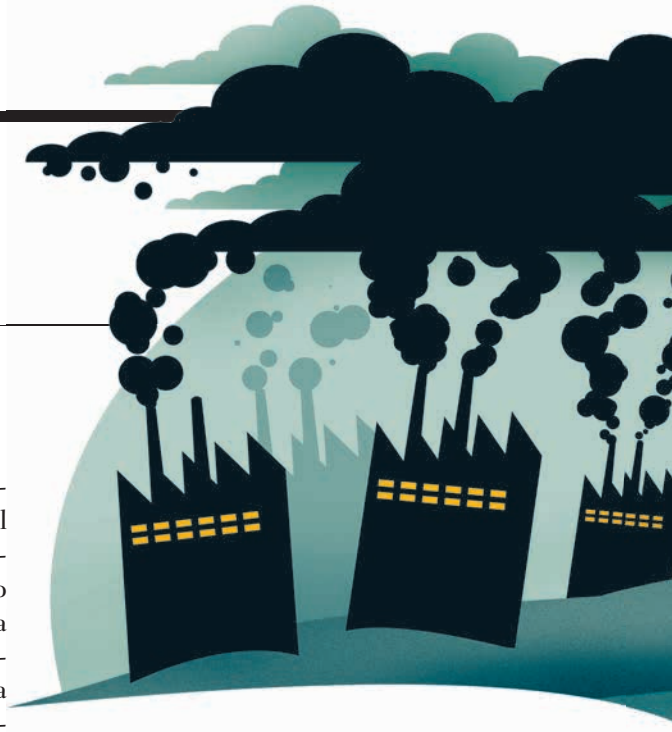
Debates crescentes sobre o tema incluem questionamentos sobre os benefícios adicionais que a Redução Compensada traria. Como qualquer mecanismo de compensação, ela autorizaria emissões resultantes da queima de combustíveis fósseis em países desenvolvidos, desde que compensáveis pela redução de desmatamento. Ocorre que foram estes mecanismos que facilitaram o acordo em torno do Protocolo de Kyoto. Sem eles,



> A compensação seria feita por instrumentos de mercado baseados no compromisso dos países de reduzir as emissões decorrentes do deflorestamento

é possível que o Protocolo não tivesse prosperado ou a meta acertada – de redução média de 5,2% das emissões dos países desenvolvidos – fosse menor.

A adicionalidade dos mecanismos de compensação não está apenas na correlação entre emissões evitadas e autorizadas, mas também no papel que desempenha na lógica do Protocolo: facilitar o cumprimento das metas pelos países desenvolvidos enquanto viabiliza recursos para as nações em desenvolvimento prepararem esforços mais efetivos para redução das emissões globais. A existência de um mecanismo relativo às emissões por desmatamento não só favoreceria o estabelecimento de metas adicionais de redução pelos países desenvolvidos para o período seguinte a 2012, como estimularia os países em desenvolvimento a diminuir o desmatamento.



Outra questão debatida refere-se aos "vazamentos", ou seja, a possibilidade de uma eventual redução do desmatamento em determinada região resultar no aumento em outra. Mas, como a proposta de Redução Compensada refere-se a taxas nacionais, o risco estaria reduzido à hipótese de vazamento de um país para outro e seria minimizado sempre que nações vizinhas se sentissem estimuladas a participar do mecanismo.

As discussões em curso têm demonstrado que a escolha de linhas de base histórica para aferir as reduções deveria levar em conta dinâmicas locais de desmatamento nas regiões tropicais, assim como o estoque de florestas existente em cada país. A redução de taxas em decorrência do esgotamento de reservas florestais não poderia ser compensada. Além disso, seja qual for a linha de base histórica, ela deve ser periodicamente revisada.

> O mecanismo favoreceria metas adicionais de redução pelos países desenvolvidos após 2012. E estimularia a diminuição do desmatamento em países tropicais

Há os que argumentam sobre a "não-permanência" das florestas. Sustentam que elas poderiam ser derrubadas no futuro devido a distúrbios naturais ou pela ação direta do homem, assim como pelo agravamento das mudanças climáticas. Porém, se o que se supõe é a inevitabilidade do desaparecimento das florestas tropicais, é preciso supor também o agravamento da situação climática com a liberação na atmosfera do estoque de carbono hoje retido pelas florestas em pé. Esse fator, por si só, compromete a eficácia de qualquer esforço para reduzir as emissões globais.

Embora tenha base científica, o argumento da "não-permanência" implica o imobilismo diante da grave situação climática. Na proposta de Redução Compensada, a permanência das florestas está prevista em um dispositivo pelo qual os países participantes que aumentem o desmatamento acima de sua linha de base assumem o excedente emitido como meta de redução obrigatória para o período seguinte.

A efetividade da compensação pode ser acentuada por meio de algum tipo de seguro no qual somente uma parte dos créditos obtidos com as reduções atingidas em um período de compromisso de cinco anos estaria disponível para compensar emissões no período seguinte. Outra parte poderia ser negociada para uso em períodos de compromissos futuros. Mecanismos de seguro para todas as compensações de emissões deveriam ser desenvolvidos e seus custos incorporados no comércio de emissões.

GERANDO VALOR

O Brasil mantém em seu território a maior extensão de floresta tropical do planeta, a amazônica, com um estoque de 80 bilhões de toleradas de carbono, o equivalente ao que o mundo emite queimando combustíveis durante uma década inteira. Contudo, as dificuldades para reduzir as taxas do desmatamento amazônico são enormes.

Em média, cerca de 200 milhões de toneladas de carbono são emitidas para a atmosfera em função da derrubada de 1,8 milhão a 2,3 milhões de hectares de floresta a cada ano, o que corresponde a 70% das emissões brasileiras e a 3% do total global. Segundo pesquisas recentes, se continuarmos nesse ritmo, em 2050 mais de 40% da floresta amazônica terá desaparecido e 32 bilhões de toneladas de carbono terão sido emitidas, agravando o aquecimento do planeta.

Grande parte das dificuldades no controle do desmatamento decorre da falta de recursos para fiscalização e de programas que valorizem



monetariamente a floresta em pé. Na lógica econômica vigente, floresta boa continua sendo floresta derrubada. Um mecanismo como o da Redução Compensada poderia canalizar recursos do mercado global de carbono para que as florestas tropicais ganhem valor se preservadas, dando forma a um novo paradigma de desenvolvimento sob bases mais sustentáveis.

A recente redução na taxa de desmatamento brasileira (30% de 2004 para 2005), embora influenciada pelo baixo preço internacional de *commodities* como carne e soja, mostra que o desmatamento é passível de controle. Em algumas regiões, a redução chegou a 90%, um índice difícil de ser explicado somente por variações de mercado. Se um mecanismo como o da Redução Compensada estivesse em vigor, a queda na taxa do ano passado teria rendido ao País – considerando o valor médio de mercado da tonelada de CO_2, de US$ 5 –, cerca de US$ 300 milhões. O valor é muito superior aos US$ 45 milhões anuais (ou R$ 394 milhões em quatro anos) disponibilizados pelo governo federal para o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia.

SE ESTIVESSE EM VIGOR, A REDUÇÃO COMPENSADA TERIA RENDIDO CERCA DE US$ 300 MILHÕES AO BRASIL EM 2005

No entanto, o governo brasileiro expressa restrições à proposta de Redução Compensada no âmbito das negociações internacionais. Prefere reivindicar a criação de "fundos de incentivos positivos", com a alocação de recursos de países desenvolvidos, a fundo perdido, para projetos governamentais de países em desenvolvimento que visem a redução de emissões. Evidentemente, se houvesse tais recursos "concessionais", o benefício adicional ao clima seria maior do que através de mecanismos de mercado. Mas nem mesmo o fundo de adaptação criado pelo Protocolo prosperou e seria lícito supor que tais recursos, se disponíveis, seriam destinados a países mais necessitados do que Brasil, China e Índia – os maiores emissores entre os não desenvolvidos.

Além dos benefícios para a biodiversidade, a redução do desmatamento pode contribuir para a continuidade e o fortalecimento do regime internacional de reduções de emissões após 2012, ano em que se encerra o primeiro período de compromisso do Protocolo de Kyoto. Essa redução é essencial para que a humanidade reverta, ou ao menos atenue, os efeitos esperados das mudanças climáticas globais.

coluna



REGINA SCHARF
é jornalista especializada em meio ambiente e autora de vários livros, entre eles *Manual de Negócios Sustentáveis*

O aquecimento chega às massas

POR **REGINA SCHARF**



Difícil de acreditar, mas é verdade. Cerca de um milhão de pessoas já assistiram a uma conferência de um político sobre mudanças climáticas convertida em longa-metragem. *An Inconvenient Truth* ("Uma Verdade Inconveniente", em tradução livre) baseia-se na cruzada contra o aquecimento global movida pelo ex-vice-presidente dos Estados Unidos, Al Gore. Um dos filmes mais vistos neste verão americano, faturou US$ 13,3 milhões desde a estréia, no fim de maio, até o dia 4 de julho.

Não é, propriamente, um fato inédito. Hollywood tem explorado o filão ambiental com sucesso ao longo da última década. Tanto *Erin Brockovich*, com Julia Roberts, sobre uma comunidade exposta à contaminação hídrica de origem industrial, quanto o menos memorável *O Dia Depois de Amanhã*, com Dennis Quaid, em que Manhattan mergulha em uma nova Era do Gelo, superaram a barreira dos US$ 120 milhões.

APESAR DO FORMATO DE UMA AULA MAGNA SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, O FILME DE AL GORE JÁ ATRAIU UM MILHÃO DE PESSOAS

O que diferencia o filme de Gore é o seu formato. É uma espécie de aula magna que não dá vontade de cabular, por mais versado que você seja no tema. Ele se vale de uma profusão de gráficos e de animações produzidas por Matt Groening, criador dos *Simpsons*, para tornar digeríveis dados científicos complexos. O resultado é convincente, sem pecar pelo didatismo ou pela panfletagem. Bem melhor, neste sentido, que o festejado *Fahrenheit 9/11*, de Michael Moore.

É quase impossível resistir às evidências da seqüência de fotos do tipo "antes-e-depois" que mostram a progressiva retração das geleiras árticas ou das neves "eternas" do Monte Kilimanjaro, na África. Ou às imagens de ursos polares que praticam o canibalismo e morrem afogados devido a mudanças em seu hábitat.

O filme é democrático ao dar a espectadores do mundo todo uma chance única de participar de uma videoconferência com um bamba no assunto. Afinal, Gore é um combatente de primeira hora. Ele estudou o assunto em Harvard, nos anos 60. Duas décadas depois, convocou debates no Senado dos EUA a respeito. Mais tarde, ajudou a levantar o tema na Eco-92 e a construir o Protocolo de Kyoto.



O político encontra espaço no filme para falar de suas experiências e dramas pessoais, como o paradoxo de ter crescido numa fazenda de tabaco e ver a sua única irmã morrer de câncer do pulmão. É possível notar ali certo viés eleitoreiro — Gore perdeu no tapetão as eleições presidenciais de 2000 para George W. Bush e há quem diga que ensaia sua volta. Isso não chega, porém, a comprometer o conjunto da obra.

O filme tem sido aclamado pela imprensa local, embora haja, como é de esperar, quem não se renda à sua argumentação para lá de sólida. É o caso do comentarista Glenn Beck, da rede de TV CNN, que descreveu a produção como propaganda nazista. Pura intriga da oposição. A crítica que efetivamente se pode fazer ao filme é que ele se limita a apontar o problema e reserva um espaço mínimo a suas possíveis soluções, discutidas apenas nos últimos cinco minutos da produção.

Dirigido por Davis Guggenheim, vindo de seriados de TV, como *ER* e *Alias*, *An Inconvenient Truth* também inova por ser o primeiro documentário a ter balanço neutro de carbono. Anteriormente, apenas o thriller *Syriana*, produção de George Clooney sobre os bastidores da indústria de petróleo, buscou formas de compensar o carbono gerado em sua produção com o investimento em energias renováveis.

An Inconvenient Truth deve ser lançado no Brasil em meados de novembro, mas já é possível ter um gostinho acessando o seu website: www.climatecrisis.net. Também chega ao País em breve o livro de mesmo título escrito por Gore, que traz informações sobrepostas às do roteiro.

Evidentemente, o sucesso de um filme que busque engajar a sociedade para tal mudança de paradigma de desenvolvimento é excelente. Só falta saber o seguinte: será que todo esse público que decide passar uma hora e quarenta minutos acompanhando uma discussão tão relevante e ainda aplaude no fim já não entrou no cinema plenamente convertido?

> A crítica que efetivamente se pode fazer ao documentário é que se limita a apontar o problema e reserva espaço mínimo para possíveis soluções

retrato





SABER USAR

FOTO E TEXTO: MARCOS AMEND

Maior peixe de escamas de água doce do mundo, o pirarucu (*Arapaima gigas*) já esteve na lista de espécies ameaçadas. Mas na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, uma iniciativa que mistura o conhecimento tradicional à ciência ajudou a recuperar as populações dessa espécie. Nem só a natureza agradece. Com o manejo do pirarucu, as comunidades da região ganharam mais bem-estar, renda e dignidade.



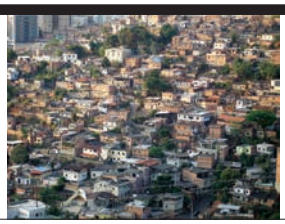
No ar, quatro paredes

ENQUANTO O MUNDO SE FAVELIZA, A BANDEIRA "SUSTENTÁVEL" NA CONSTRUÇÃO CIVIL AJUDA A VENDER. MAS TAMBÉM ABRIGA DOSES DE BOAS INTENÇÕES

POR SILVANA ASSUMPÇÃO



FOTO: GAL OPPIDO



EM 2007, a população urbana deve ultrapassar a do meio rural. Nas cidades, um terço dos habitantes vive em favelas

Trinta anos atrás, quando se realizou o 1º Fórum Mundial Urbano em Vancouver, no Canadá, apenas um terço da população mundial vivia em cidades. Em decorrência de um movimento acelerado a partir do final dos anos 1980 – quando a queda do muro de Berlim e o esfacelamento da União Soviética permitiram a consolidação da nova ordem global –, a fatia urbana hoje iguala e provavelmente vai superar, em 2007, a das áreas rurais. O dado, contido em relatório elaborado para o Programa de Assentamento das Nações Unidas, organizador do Fórum, foi divulgado na terceira edição do evento, em junho último, e encerra vasto cenário de problemas.

No Terceiro Mundo, principal palco da expansão desenfreada das cidades, a escassez de moradia e os impactos ambientais da construção civil – setor que mais consome recursos naturais do planeta – constituem uma das faces do caos urbano instaurado. Impulsionados pelo processo de globalização e de enxugamento dos Estados nacionais, esses fatores ajudam a empurrar um terço da população urbana mundial para favelas, segundo o relatório. A previsão é de que o índice alcance os 50% em 15 anos.

> O *green* do *green building*, no Brasil, é a questão social

O FATOR SOCIAL

No Brasil, 85% da população reside nas cidades, e só em São Paulo existem cerca de 1,4 milhão de pessoas vivendo na linha de pobreza ou abaixo dela. Falar apenas no impacto ambiental de suas moradias, nestas condições, faz pouco sentido.

Em tal cenário, o componente social torna-se central no conceito de sustentabilidade na habitação e na construção civil, crescentemente difundido por ONGs, pela pesquisa acadêmica e pelo marketing imobiliário. "O *green* do *green building*, no Brasil, é o social", diz o professor Vanderley John, livre-docente do Departamento de Engenharia e Construção Civil da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, referindo-se ao conceito de "construções verdes" adotado nos países desenvolvidos, com economia de água e energia e uso de materiais ecologicamente aprovados.

É de se questionar se a sustentabilidade, ao pretender harmonizar valores ambientais, econômicos e sociais, é realmente possível sob as regras predadoras do sistema mundial de mercado, que já não alimenta as ilusões do progresso capitalista para a esmagadora maioria da população do planeta. Em São Paulo, o exemplo do Edifício São Vito, torre de 28 pavimentos com 600 apartamentos de cerca de 25 metros quadrados cada, nas imediações do Parque Dom Pedro e do Mercado Municipal, é emblemático.

Alvo de um projeto de reforma elaborado pelo escritório do arquiteto Roberto Loeb no final da gestão da prefeita Marta Suplicy, até hoje o São Vito – já desocupado e com 80% das unidades desapropriadas – espera que o poder público municipal e a Caixa Econômica Federal, parceira do projeto, equacionem sua viabilidade econômica – aí incluído o retorno dos moradores com condições facilitadas para se tornarem proprietários depois de 15 anos.

Nesse meio-tempo, todos os que lá encontravam desde a construção do prédio, em 1959, um teto para viver na região central – onde trabalhavam cerca de 75% da população do condomínio – perderam essa moradia e espalharam-se, provavelmente, pelas periferias e áreas de mananciais, tradicionais regiões de expansão da mancha urbana.

Antes do projeto de reforma, a aparência de favela vertical do São Vito havia levado a propostas de demolição, o que abalaria o Edifício Mercúrio, bem preservado e colado a ele, e produziria o equivalente nove andares de detritos – sem falar no desperdício da destruição de um patrimônio urbano existente.

No primeiro andar, os próprios moradores haviam criado uma mercearia para atender



FOTO: GAL OPPIDO

O SÃO VITO, com 28 pavimentos e 600 apartamentos, no centro de São Paulo, tem aspecto de favela urbana. Um projeto de reforma transformaria o prédio e a região adjacente, mas continua na gaveta



LUIZ ASAO (VISUALIZE)



LUIZ ASAO (VISUALIZE)

à imensa população do edifício, e podia-se encontrar, por exemplo, um antigo alfaiate. Mães que saíam para trabalhar contavam com os vizinhos para olhar suas crianças, e os moradores se organizavam em filas para esperar pelos elevadores – apenas três (e uma só escada para servir a todo o prédio) muito lentos.

Nenhum dos moradores entrevistados por Loeb queria sair de lá. Reformar e respeitar o modo de vida das comunidades, e não demolir patrimônios urbanos e realizar transferências radicais, é requisito de qualquer ideal de sustentabilidade habitacional, diz o arquiteto.

Levado à Bienal de Arquitetura de Veneza de 2004, o projeto de Loeb divide o prédio em dois condomínios para facilitar a administração, com número menor de apartamentos por andar e unidades um pouco maiores. Cada condomínio tem entradas, escadas e dois elevadores independentes parando em todos os andares, e não apenas nos intermediários como no projeto original.

O plano cromático da fachada foi criado pelo artista plástico Eduardo Sued, e no terraço, servido por um quinto elevador exclusivo e mais uma escada de segurança, erguem-se uma creche e pré-escola, com vista magnífica da cidade, e um mirante.

Loeb imaginou, a princípio, fazer no alto uma pequena igreja de São Vito, padroeiro do bairro, o mirante, uma loja de lembranças e um café que seriam explorados pelo condomínio. No térreo funcionaria uma escola de formação de mão-de obra para pequenos negócios de bufê





BEM LONGE do São Vito, no Gênesis I, loteamento residencial de alto padrão da Takaoka, os moradores foram além da eficiência no consumo de energia e água. Mais do que preservar a Mata Atlântica da região, exigiram identificação de espécies e trilhas para animais







FOTOS: LUCIANO CANDISANI

> A implantação de sistemas de coleta de água da chuva ou de aquecimento solar em geral se paga em dois anos no comércio e em residências

e gestão de bares, apropriados para a área vizinha ao mercado. A idéia foi depois substituída, nas discussões com a prefeitura, pela instalação de um Telecentro e de uma escola técnica de gastronomia em parceria com a Universidade Anhembi-Morumbi.

Outras sugestões de Loeb para a sustentabilidade econômica do condomínio incluem a transformação do São Vito em edifício-escola de gestão predial, com a formação de zeladores, administradores, técnicos de eletricidade e hidráulica. Os cursos seriam patrocinados por empresas do setor imobiliário e a renda iria para o condomínio.

A reforma, segundo Loeb, não seria cara – em torno de R$ 8 milhões, pouco se comparado aos mais de R$ 300 milhões investidos pela prefeitura na construção dos Centros Educacionais Unificados (CEUs).

Mas, segundo a Cohab, o projeto não se mostrou economicamente sustentável e os estudos de alternativas para a reforma continuam. Loeb questiona a responsabilidade social do poder público ante um problema que a própria má gestão urbana ajudou a criar, com a transferência de moradores do centro para outras áreas da cidade e a construção de viadutos que impactaram severamente o ambiente ao redor do prédio, atraindo pobreza e marginalidade.

PARA QUEM PODE

Enquanto a sustentabilidade urbana esbarra em decisões políticas, a bandeira "ecossustentável" tornou-se mais uma ferramenta

Questão de princípio

Embora a sustentabilidade já tenha mostrado que dispõe de mercado nos loteamentos verdes, nos condomínios de apartamentos a situação é outra. "O cliente pode até gostar de saber que haverá painéis solares, reúso de água etc., mas desde que isso não pese no seu bolso", diz Antonio Setin, presidente da Setin Empreedimentos Imobiliários, uma das empresas mais avançadas do setor no uso de instalações sustentáveis em seus projetos e na adoção de práticas ambientalmente corretas em canteiro de obras.

Primeira do setor a receber a certificação ISO 14001 no Brasil, a Setin não usa os aspectos sustentáveis de seus empreedimentos como ponto principal de marketing – que continua sendo a descrição do imóvel.

Um exemplo da atuação da empresa ocorreu durante a construção de seu condomínio residencial Villagio Maia, em Guarulhos, cidade vizinha a São Paulo. A Setin encontrou no local o piso de uma antiga indústria e resolveu reaproveitá-lo, criando uma usina de reciclagem e produção de brita e de elementos construtivos como blocos, lajes e outros pré-moldados.

O custo em relação à compra da brita e dos componentes foi ligeiramente menor, mas o benefício ambiental foi tremendo: 12 mil toneladas a menos de pedras retiradas de jazidas naturais para fabricar a brita e mais 2,4 mil viagens de caminhão para trazê-la até local e remover o entulho, caso o piso fosse retirado.

"Estamos conscientes de que a construção civil é uma atividade extremamente impactante para o meio ambiente e temos uma obrigação moral de reduzir esse impacto", diz Setin.

de marketing e geração de produtos caros e lucrativos para os fornecedores e incorporadores. E atrai consumidores de "alto padrão" em busca de qualidade de vida.

Ao menos na racionalização do uso de energia e de água, a busca pela sustentabilidade avança em ritmo acelerado – incentivada, segundo Vanderley John, pelas demandas de prédios de escritórios, shopping centers e supermercados preocupados com seus custos.

O arquiteto Carlos Brazileu afirma que também é crescente a procura por materiais considerados "verdes" – reciclados, não tóxicos ou que utilizam menos energia na produção. A construção sustentável não é mais cara que as convencionais, garante Brazileu.

"Implantar um sistema de coleta de água de chuva ou de aquecimento solar sai mais caro do que não fazer nada", diz. "Mas para o comércio e a residência, a partir de dois anos, o benefício acaba pagando a despesa inicial; na indústria, já vi retorno do investimento em seis meses."

O arquiteto considera a legislação ambiental um indutor da crescente conscientização do mercado e cita como positiva a lei ambiental municipal de São Paulo, que determina a construção, em novas edificações com mais de 500 metros quadrados de área, de reservatório para a água da chuva como forma de compensar pela impermeabilização do solo.

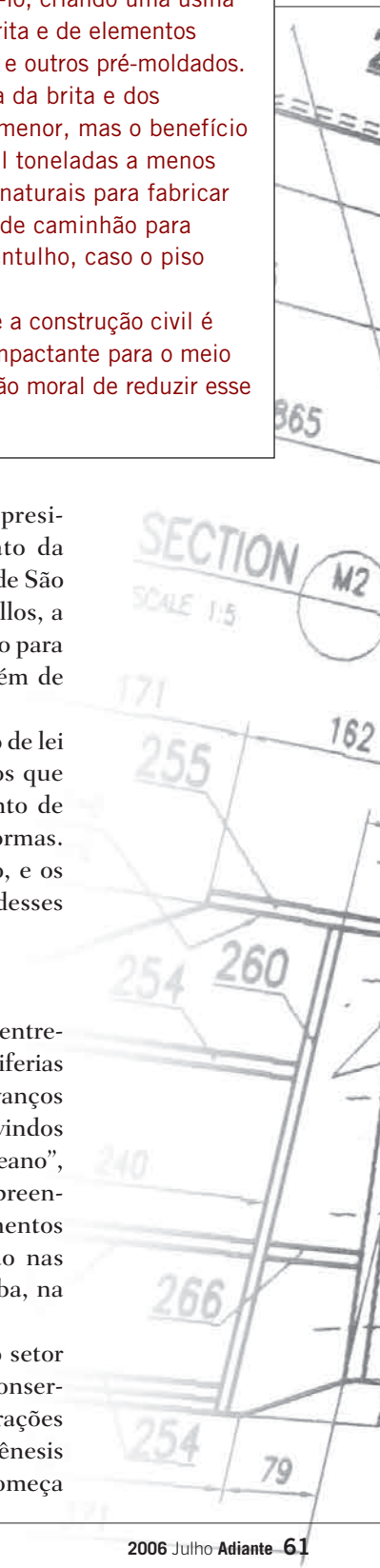
Mas há controvérsias. Para o vice-presidente de desenvolvimento do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo (Sinduscon), Francisco Vasconcellos, a lei dos reservatórios não orienta o cidadão para o uso produtivo da água acumulada, além de encarecer a obra.

Vasconcellos critica também o projeto de lei que obriga a instalação de equipamentos que usam a energia solar para o aquecimento de água em novas edificações e grandes reformas. "Não existe solução definitiva para tudo, e os únicos beneficiados são os fabricantes desses equipamentos", diz.

PRÊMIO POR PRESERVAR

Com grande parte da construção civil entregue à ilegalidade dos loteamentos das periferias ou aos interesses imobiliários, todos os avanços na busca pela sustentabilidade são bem-vindos e urgentes. "De gota em gota se faz um oceano", diz Marcelo Takaoka, da Y.Takaoka Empreendimentos, empresa que implanta loteamentos residenciais sustentáveis de alto padrão nas regiões de Barueri e Santana do Parnaíba, na Grande São Paulo.

Takaoka é um dos representantes do setor que despertou para as necessidades de conservação dos recursos naturais para as gerações vindouras. Em seus empreendimentos Gênesis I, lançado em 2002, e Gênesis II, que começa





O GÊNESIS II, a ser comercializado no segundo semestre, vai tratar a água e devolvê-la, potável, às casas

a ser comercializado no próximo semestre, ele assumiu reduzir suas possibilidades de lucro e obteve resposta surpreendente.

Quando se lançou no projeto Gênesis, Takaoka não imaginava que conseguiria vendê-lo em prazo curtíssimo e com sucesso estrondoso, comercializando os lotes com vantagem de 20% sobre os preços planejados. Foi uma espécie de prêmio pela decisão de lotear sem ganância, utilizando somente 16% da área para os lotes, a fim de preservar a Mata Atlântica no local.

INCORPORADOR SUSTENTÁVEL

A iniciativa de Takaoka mostrou não só que há mercado para essas iniciativas, mas também o entusiasmo dos futuros moradores com o conceito. A princípio, Takaoka propunha preservar a mata, coletar água de chuva, utilizar painéis solares, usar madeira certificada e outras iniciativas semelhantes.

Mas os compradores, como revelou uma pesquisa depois da venda do loteamento, queriam saber como seriam as trilhas para animais, se as árvores teriam placas com o nome das espécies e muitas outras coisas em que ele nunca havia pensado.

A solução foi bater às portas de organizações como a SOS Mata Atlântica e a Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS) para aprender como fazer. A recepção foi gelada – como incorporador, ele encarnava o próprio inimigo. Aos poucos, porém, Takaoka venceu resistências e avançou no processo.

Os progressos ecossustentáveis na implantação do loteamento foram tão grandes que um ano depois era a própria FBDS que pedia para assumir a coordenação ambiental do programa. A mata preservada no Gênesis, enriquecida com espécies nativas extintas saídas de viveiros do loteamento, trilhas melhoradas para animais e outros benefícios, recebeu o selo do Forest Stewardship Council (FSC).

Também em aspectos como o tratamento de esgotos, o Gênesis II chegará ao estágio de tratar a água e devolvê-la, potável, às casas. Igual sistema será implantado no Gênesis I, entregue com uma estação de tratamento intermediário. Os empreendimentos incluem ainda ações para a educação ambiental da comunidade da região e a educação permanente de operários de obra para o manejo cuidadoso das máquinas.

Outro empresário, Francisco Alexandre, da EcoPlano, responsável pelo empreendimento Green Offices em São Paulo, com seu quarto prédio com viés sustentável atualmente em construção, descobriu a construção sustentável cinco anos atrás.

E foi além da aplicação do conceito de sustentabilidade à construção. Um dos empreendimentos ao qual Alexandre se dedica é o Instituto Ecoânima, sem fins lucrativos, montado para fazer uma intervenção ecossustentável piloto no município de Pardinho, a 190 quilômetros de São Paulo.

A idéia é fazer da cidade um ecopólo em todos os sentidos – construção, produção de materiais ecológicos, estilo de agricultura e o que mais ainda se descobrir. E, a partir daí, melhorar os indicadores econômicos, sociais e ambientais. "Estamos criando um modelo interdisciplinar em que tudo pode", diz Alexandre. @



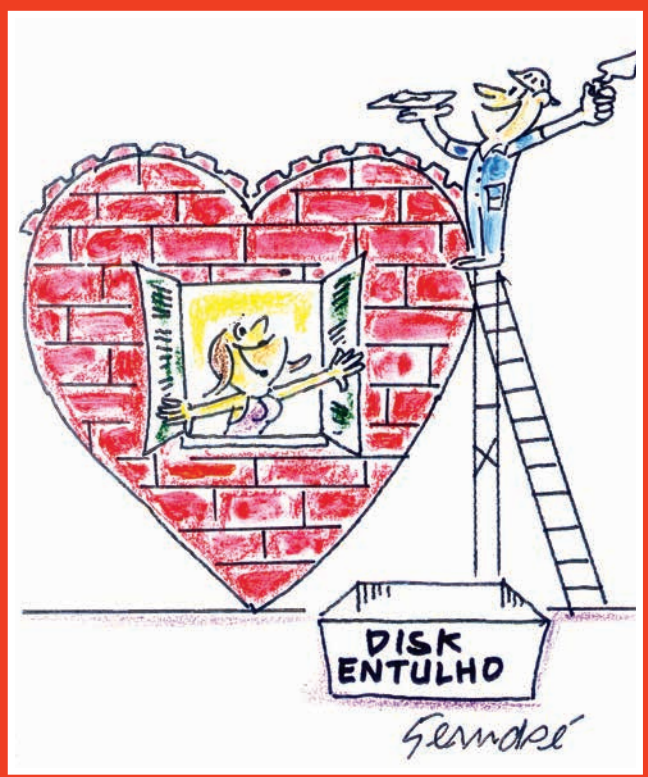
Sustentável é...

...reaproveitar materiais

POR **MAURA CAMPANILI**









Sustentável é...

...apoiar boas iniciativas

Um bom exemplo de reaproveitamento de resíduo doméstico é desenvolvido pelo Instituto Ação Triângulo, uma ONG de Santo André, no ABC paulista. As sobras de óleo de cozinha que seriam despejadas na pia são recolhidas em 60 mil casas da região por jovens treinados pela instituição e deixam de sobrecarregar a rede de esgoto, os córregos e os rios para se transformar em sabão. Atualmente, são coletadas 2,5 toneladas de óleo por mês e produzidas 300 barras de sabão por dia, gerando 90 empregos, a maioria deles para jovens entre 19 e 22 anos.

Além do uso em produtos de higiene, há experiências no Brasil para o reaproveitamento do óleo vegetal como biocombustível. Como é muito poluente, quem não tem como reaproveitar o óleo deve estocá-lo em um recipiente, como uma garrafa PET, e jogá-lo, bem fechado, no lixo normal ou no orgânico, se contar com coleta seletiva.

A iniciativa da Ação Triângulo conta com o apoio da Petrobras, patrocinadora também da Associação Vira-Lata, de São Paulo, que começou a fabricar, em um galpão de 600 metros quadrados, no bairro do Jaraguá, telhas feitas de papel e betume asfáltico, com uma produção de mais de 22 mil unidades por mês. Antes da abertura da fábrica, jornais, revistas e papelão recolhidos pela associação em residências passavam por triagem e eram vendidos por R$ 0,12 o quilo. Transformados em telhas, são vendidos entre R$ 8 a R$ 10 a unidade.

...valorizar o produto reciclado

Aproximadamente 230 mil toneladas de lixo são coletadas diariamente pelas prefeituras no Brasil. Mas isso representa só parte dos resíduos produzidos, já que apenas 1.814 municípios de um total de 5.670 coletam o lixo em 100% das residências. E há ainda os dejetos industriais, cuja destinação nem sempre é correta ou segura. Na prática, o destino de cerca de 20% do lixo brasileiro continua sendo os rios e as várzeas, muitas delas totalmente ocupadas por lixões clandestinos.

Essas são razões suficientes para qualquer pessoa se preocupar com o destino dos resíduos que produz, evitando o desperdício e enviando seu lixo para a reciclagem. Mas esse é o primeiro passo. É preciso criar um sistema em que o lixo seja efetivamente considerado matéria-prima para outros produtos, por meio da reciclagem ou da reutilização em outra função. Há inúmeras iniciativas nesse sentido para materiais como papel, pneus ou alumínio – o exemplo mais bem-sucedido no País, com 87% de reaproveitamento. Outras partem de soluções criativas para aproveitar resíduos industriais e urbanos em produtos econômicos ou de design. Muitas fazem parte de projetos inovadores de inclusão social. A participação dos consumidores, priorizando e valorizando esses produtos, é fundamental para que ganhem a escala necessária e influenciem positivamente na melhoria dos índices de poluição.

...aproveitar resíduos

O uso de resíduos em acessórios e objetos de decoração começa a virar moda. Pensando no consumidor consciente, principalmente o do exterior, o empresário Wender Lemos Martins, de Palmas, no Tocantins, criou a Amazon Hands (www.amazonhands.com.br). A empresa compra sobras de madeira como pau-amarelo, jatobá, roxinho e ipê da madeireira Cikel (certificada pelo Forest Stewardship Council) e produz bolsas, bijuterias, caminhos-de-mesa, abajures e luminárias.

A designer paulista Paula Dib desenvolveu, com comunidades do sul da Bahia, um projeto para reaproveitar as cascas do eucalipto, resíduo da indústria de papel e celulose na região. Misturado a sobras de papel, o material forma uma polpa que, modelada, dá origem a uma linha de 35 produtos, entre brindes e objetos de decoração, comercializados pela ONG Mundaréu (www.mundareu.org.br). Além criar moda, representa uma importante alternativa de renda para a população.

Produtos como estes são tema de lojas especializadas, como a Reciclamundo (www.reciclamundo.com.br), em São Paulo, onde boa parte das mercadorias é feita com materiais reaproveitados. Madeira e ferro de demolição viram adornos de parede; vidros de remédios e garrafas de vinho tornam-se potes e castiçais; fios de meias de náilon são tingidos e usados em móbiles e flores. Prova de que qualquer um pode encontrar valor no que antes ia para o lixo.

...diminuir o entulho

Uma das formas mais fáceis de reaproveitar materiais é na construção civil. No entanto, quando há uma demolição, o normal é que tudo vá abaixo e acabe em aterros ou no primeiro terreno baldio pelo caminho. É assim que muita madeira nobre, como mogno ou imbuia, é simplesmente jogada fora durante reformas residenciais, sem que se dê conta de seu valor. Atualmente, porém, há empresas especializadas em demolição de imóveis que usam equipamentos e mão-de-obra especializada na execução desse serviço, visando o reaproveitamento dos materiais. Entre as "sucatas" estão esquadrias (batentes, portas, janelas e vitrôs), portões, telhas, tijolos, grades, madeiras em geral (vigas, caibros, assoalhos), peças que abastecem os museus de azulejos, entre outros.

Oferecidas normalmente a preços abaixo do valor de mercado, é possível encontrar entre essas "sucatas" materiais antigos e até históricos, que podem trazer grande diferencial a um imóvel novo. Mesmo quem vai fazer apenas uma reforma, deve observar se o material que vai retirar pode ser revendido – o que diminui o custo da obra – ou reaproveitado no novo projeto. Visitar lojas de móveis e decoração que utilizem materiais de demolição pode ser uma boa maneira de obter idéias. Uma delas, por exemplo, é transformar as antigas portas de elevador – em geral feitas de madeira maciça – em um charmoso tampo de mesa.

última



A aquarela de **LEVI CIOBOTARIU** retrata a riqueza da Mata Atlântica

A seção **ÚLTIMA** é aberta a contribuições dos leitores. Para enviar a sua, contate-nos: **redacao@revistaadiante.com.br**